

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História



**A ESPERANÇA COMO BANDEIRA: A MANIPULAÇÃO DOS
SÍMBOLOS PELA RETÓRICA POPULISTA
(Coreografias Políticas do RN - 1960/1965)**

9,5

JAM

Natal - RN

1999

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História



**A ESPERANÇA COMO BANDEIRA: A MANIPULAÇÃO DOS
SÍMBOLOS PELA RETÓRICA POPULISTA**
(Coreografias Políticas do RN - 1960/1965)

ROGÉRIO CAMPOS

Monografia apresentada ao Departamento de História, como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História, sob orientação da Prof^a **Flávia de Sá Pedreira** e co-orientação da Prof^a **Denise Mattos Monteiro**.

NATAL - RN

1999

“A História é o grande encontro dos homens através dos tempos.”

(Marc Bloch)

SUMÁRIO

Agradecimentos

Introdução	01
Capítulo 1 - Espaço Regional, Crise e Populismo no Nordeste nos anos 50/60...	04
1.1 - Espaço Regional: A configuração das diferenças.....	04
1.2 - As Crises.....	07
1.3 - Os Populismos.....	12
Capítulo 2 - Coreografias Políticas e poder.....	16
2.1 - Os Esboços dos Novos-homens: O discurso da Modernização.....	17
2.2 - Cores e Gestos, Espaço e Forma: a invenção da esperança e a participação popular.....	24
Capítulo 3 - A Façanha dos bravos: Poder político e ruptura.....	31
3.1 - Comemoração.....	31
3.2 - Manifestação.....	33
3.3 - Exclusão.....	35
Capítulo 4 - Os Caminhos da História e da Memória.....	38
4.1 - História.....	38
4.2 - Memória.....	43
Considerações Finais.....	46
Bibliografia.....	48
Anexos.....	52

“À memória de Silvio Galvão de Queiroz, excepcional professor, excelente medievalista, mas, acima de tudo um grande amigo.”

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Délcio e Ilza, pela preocupação e carinho, mesmo estando distantes.

À Amélia, Hérika, Lígia e Thiago, esposa, e filhos, pela compreensão da necessária ausência e dos momentos de “isolamento” que me afastaram de um convívio mais intenso.

Ao professor Galba Ribeiro de Mambro, da UFJF, cujo rigor do método influenciou-me por toda esta jornada acadêmica e foi sempre de extrema valia.

Ao professor Francisco César Alves Ferraz, da UEL, pelo grupo de estudos de História Oral e pelo compartilhamento comigo da paixão, das dúvidas e das certezas sobre a História do Brasil dos anos 50/60.

À professora Luciana Regina Pomari Priori, da Unioeste, pela minha inserção no mundo das pesquisas, pela confiança no meu trabalho, pelo carinho e pela amizade.

Ao professor Silvio Galvão de Queiroz, (In Memoriam), pelo grupo de estudos de História Medieval, pelas discussões e pela sincera amizade que sempre dispensou-me.

Às professoras Francisca Aurinete e Fátima Martins, que enquanto Coordenadoras do Curso de História, sempre dedicaram-me atenção e carinhos especiais.

À professora Denise Monteiro, pela co-orientação, profissional e segura deste trabalho.

Por fim, agradeço de forma especial à professora Flávia de Sá Pedreira, pela confiança em meu trabalho sempre, pela amizade; pelas críticas e discussões que em muito enriqueceram esta monografia, pela orientação tranquila e profissional, mas principalmente, pela amizade e compreensão a mim dedicados ao longo destes dois anos de UFRN. Muito Obrigado.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, buscamos analisar as articulações políticas e estratégias utilizadas por distintos grupos políticos norte-rio-grandenses, visando a conquista e manutenção do poder, através da manipulação de símbolos e elementos ideológicos fundamentais, que justificassem suas ações.

A presente pesquisa contempla o período de 1960, marco de ascensão de Aluizio Alves e Djalma Maranhão aos postos de governador do estado e prefeito, respectivamente, até o ano de 1965, quando na primeira campanha política pós golpe militar não existem mais resquícios da política de cunho nacionalista no estado.

No final dos anos 50, uma onda de descontentamento popular percorre todo o Nordeste, trazendo como reflexos imediatos uma perceptível guinada política para a esquerda. Em 1960, a oposição vence para o governo do Rio Grande do Norte com Aluizio Alves, sendo Djalma Maranhão eleito prefeito de Natal. As forças populares abriam um espaço maior no Nordeste e a campanha política de 1960 se desenrolaria em clima de extrema agitação.

Mobilizaram-se Comitês Nacionalistas, também conhecidos como Comitês de Rua ou Comitês Populares, empregaram-se os meios de comunicação de massa, usaram-se *slogans*, discutiam-se temas locais, regionais e nacionais num processo de politização das massas, rico em representações, estenderam-se enquanto embate ideológico e simbólico pelos anos seguintes, até o golpe de 1964, momento de ruptura de um ciclo democrático e de “extermínio” do grupo político de Djalma Maranhão e de sepultamento de inúmeras alternativas políticas e sociais propostas mas, antes de tudo, momento da confirmação de um grande rearranjo político dos grupos dominantes do estado.

Percebemos que, via de regra, as representações produzidas pela historiografia sobre a política do Rio Grande do Norte têm nestes fatos, produzidos na primeira metade da década de 60, um de seus símbolos recorrentes. Ricas em significados e portadoras de um sentido histórico próprio, portanto, supomos que estas práticas políticas estão ligadas a um imaginário coletivo de transformação e superação de uma realidade adversa sufocante, que tem no processo político desenvolvido no Rio Grande do Norte, e em especial na cidade de Natal, entre 1960-1964, uma de suas personificações mais importantes.

Procuramos perceber, então, de que maneira a utilização e a manipulação de bandeiras, a apropriação do termo “esperança”, a utilização de carreatas, concentrações, grandes manifestações e a utilização da mídia de um modo geral, encobriu as articulações existentes entre eles ao longo do tempo; concomitantemente, tentamos demonstrar como o único grupo político independente, com atuação legal foi sucessivamente expurgado pelas oligarquias, até ser “exterminado” pelo golpe militar de 1964.

Como material de análise, trabalhamos com registros escritos e orais, fontes primárias ou secundárias. Utilizamos portanto, os periódicos **A República**, **A Tribuna do Norte**, **A Folha da Tarde**, e algumas edições de **O Poti** e **A Ordem** do período enfocado (1960-1965), recorremos à bibliografia memorialística dos partícipes do período como Aluizio Alves, Moacyr de Góes e Mailde Pinto Galvão e de trabalhos acadêmicos desenvolvidos em torno do tema como os dos professores José Willington Germano e Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira. Além disto, visando demonstrar as representações existentes nas ruas, praças e na mídia, utilizamos fotografias (anexas) publicadas em jornais ou cedidas pelo Centro de Documentação dos Diários Associados.

Por fim, em termos bibliográficos, recorremos, como sustentação teórica para nossa análise às obras de autores que possuem a cultura, o simbólico e o ideológico como temas recorrentes e privilegiado em suas obras, como é o caso de Antonio Gramsci, Jacques Le Goff, Cornelius Castoriadis, Pierre Ansart, Marilena Chauí, dentre outros.

Este trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, denominado **Espaço Regional, Crise e populismo no Nordeste nos anos 50/60**, procuramos fazer uma análise dos problemas pelos quais passava a região nordestina de meados da década de 50 até o início da década de 60, e como a configuração de uma grave crise econômica conduziu à crise política que permitiu surgir lideranças sintonizadas e clamando por mudanças bem ao cunho populista, o que as identificou de imediato com o povo.

No segundo capítulo, **Coreografias políticas e poder**, procuramos demonstrar como grupos políticos antagônicos unem-se, reorganizam-se, articulam-se entre eles para a tomada do poder, lançando mão para isto de todo um aparato simbólico e ideológico, que necessariamente passou por uma maciça participação popular.

No terceiro capítulo, **A façanha do bravo: poder político e ruptura**, procuramos demonstrar como uma vez assumido o poder, os grupos outrora unidos vão sucessivamente se

Prod.

Folhas

Bozios

Ref. Teórica

Mebd

EST/BO
TILAB

afastando, numa manobra política de enfrentamento e “expurgo” desenvolvido pelas oligarquias rearticuladas, através de uma política repressiva e de associação ao capital e interesses internacionais.

No quarto e último capítulo, **Os caminhos da História e da Memória**, procuramos, enfim, demonstrar como o golpe militar representou o “extermínio” político e a definitiva derrota das alternativas nacionalistas e democráticas e a ascensão política do grupo aluizista, que em última instância representaram apenas o reordenamento oligárquico no estado, como mais uma coreografia política no sentido da sobrevivência aos novos tempos.

Esperamos com o presente trabalho, contribuir, ainda que de forma modesta para a abertura de novas possibilidades interpretativas das relações de poder que se estabelecem entre as oligarquias e o povo, a nível regional e local, relendo os fatos não no intuito de oferecer verdades absolutas, mas sim, uma nova possibilidade interpretativa.

↳ Que categoria é esta ?

1. ESPAÇO REGIONAL, CRISE E POPULISMO NO NORDESTE NOS ANOS 50/60.

Para Gramsci¹, o espaço regional é também o espaço da construção da hegemonia e da dominação, mas ao nosso ver, a região é um pouco mais, pois coadunamo-nos com a historiadora Sandra Jatahy Pesavento² e entendemos que a região seria ainda:

*“O espaço onde concretamente se definem e enfrentam as classes sociais. É também o recorte espacial da realidade histórica em que melhor se pode apreciar a forma pela qual uma fração regional da classe dominante estabelece alianças e constrói seu aparato de hegemonia, bem como se impõe sobre as classe subalternas”.*³

Contextualizar, portanto, o espaço nordestino, e de forma adjacente o espaço norte-grandense parece-nos primordial para entendermos o verdadeiro sentido do embate ideológico que ali se travava, suas representações e apropriações semânticas.

1.1 ESPAÇO REGIONAL: A configuração das diferenças

Os discursos pronunciados pelo então deputado Aluizio Alves, nas sessões da Câmara dos Deputados nos anos iniciais da década de 50, parecem-nos apropriados a servirem de ponto de partida para a análise e discussão sobre a produção do espaço nordestino, bem como, de forma adjacente, permitem-nos vislumbrar a crise pela qual passava a região e os modelos políticos daí resultantes naquele dado momento histórico.

Malgrado o tom dramático de muitas destas falas, que se propunham “*revelar à nação a lenta expiação de uma terra que (...) [estava] morrendo, e onde ressoavam, as queixas e os gemidos dos que fugiam ou dos que ficavam*”,⁴ os discursos, em sua grande maioria defendiam uma nova concepção no tratamento do problema da seca, partindo invariavelmente de uma

¹ GRAMSCI, Antonio. A História política no Campo da História Cultural. In: Revista de História Regional, Nº 3, Vol. 1, Ponta Grossa, 1998. P. ?

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Regional e Transformação Social. In: SILVA, Marcos A da Silva. República em Migalhas: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1994. P. ?

³ Ibid., p. 69

operacionalização dos vários significados e sentidos dados a este fenômeno climático, até então, quer fosse por pessoas comuns, quer fosse por investigadores técnico-científicos ou políticos, mas que de forma mais ou menos consensual, coadunavam com a idéia de que a seca para o Nordeste e, por conseguinte, para o Rio Grande do Norte, constituía-se “*numa catástrofe cada vez maior, à medida em que aumentava a densidade demográfica da área semi-árida e (...) [a] devastação da natureza*”⁵, o que é facilmente comprovável, através da leitura da rica e elucidativa bibliografia em que se avultam análises, crônicas e documentos, que localizam na região, estas devastadoras ações climáticas, desde o início da colonização.

Nesta literatura, destacam-se registros de secas como a de 1791 (*apontada como responsável pela destruição da florescente indústria de charque do Ceará*)⁶, a de 1877, que se prolongou até 1880 e coincidiu com o auge do ciclo da borracha na região amazônica, provocando por conseguinte, grande êxodo de nordestinos para aquela região, e por fim a de 1904 a 1907, que teve tal repercussão que levou o Governo Federal a criar a 1ª instituição governamental a tratar de forma institucionalizada a questão, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS).

Se essas crônicas e relatos asseguravam um substrato comum mínimo, aos discursos e comprovavam a existência do problema, o deputado Aluizio Alves procurou no período de sua legislatura matizá-lo ainda mais, traçando de forma recorrente em suas falas os descaminhos governamentais na tentativa de resolvê-lo. Historicamente, tais tentativas deram-se através da criação de diversas instituições que se sucederam ao longo do tempo, como o Instituto de Obras Contra as Secas (IOCS), citado acima, o Instituto de Fiscalização de Obras Contra as Secas (IFOCS), e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); ou ainda através da fixação de áreas de atuação governamental, como foi o caso da fixação dos limites do chamado *Polígono das Secas*⁷ (área à qual seria destinado 4% da receita tributária federal anual, para a defesa contra os efeitos da seca), ou mesmo através de investimentos públicos

⁴ ALVES, Aluizio. *Sem ódio e sem medo*. Rio-de-Janeiro: Editora Nosso Tempo, 1969, p.15

⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. *A produção do espaço Norte-Rio-Grandense*. Natal, UFRN. Ed. Universitária, 1981, p.30

⁶ GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Instituto do Ceará. Fortaleza, 1947. Citado por Andrade, Manuel Correia de. Op. Cit., p.30

⁷ Esses limites deveriam ser os da Lei 175, de 7 de janeiro de 1936, elaborada por Sampaio Correia: uma poligonal com vértice nas cidades de Aracati, Acaraú e Camocim, no Ceará, na intercessão do meridiano 44° W.G. com o paralelo 9°; na intercessão do mesmo meridiano, com o paralelo de 11°; e nas cidades de Amargosa, no Estado da Bahia; Taipú, em Alagoas; Caruaru, em Pernambuco; Campina Grande, na Paraíba, e Natal, no Rio Grande do Norte. (Cf. ALVES, Aluizio. *Sem ódio e Sem medo*. Rio de Janeiro: Nosso Tempo, 1969. p. 29.)

diretos, através de obras de irrigação, açudagem e cavação de poços, além de outros que, contudo, revelaram-se inócuos.

Segundo Horácio Lafer⁸, as causas desta ineficácia deveram-se, em grande parte, à grande aridez da terra, mas principalmente, à miopia governamental em focar a questão sempre pelo viés da premência em resolver o problema de abastecimento de água no Nordeste pura e simplesmente, sem buscar-se em momento algum a melhoria das condições de subsistência da população, caracterizando uma fase que Inaiá Moreira de Carvalho⁹ denominou como sendo hidráulica, partindo, supomos, das próprias conclusões a que havia chegado anos antes o ministro Lafer:

*“Tenho a impressão de que, no combate às secas até agora feito, muitas vezes a preocupação de engenharia ou das obras hidráulicas sobrepujou o lado econômico propriamente dito”.*¹⁰

É perfeitamente perceptível o descaso com a busca de uma alteração efetiva das condições sócio-econômicas da região, o que, na concepção do nosso ministro, bem como na de outros tantos intelectuais e políticos, somente se concretizaria, ante o desenvolvimento da região, pois afirma ainda Lafer:

*“O combate às secas, através de grandes obras de engenharia, como as projetadas, ou as de emergência, como o que se vai fazer no momento, será sempre improficuo, se não for acompanhado de elementos capazes de fortalecer a economia regional, mediante o amparo às suas atividades econômicas”.*¹¹

Contudo, dado principalmente à estrutura econômica da região, onde “dos mais de 25 milhões de habitantes, mais de 2/3 (...) vivem no campo, sendo que, desses, a maior parte não

⁸ Industrial paulista, Ministro da fazenda do Governo Getúlio Vargas

⁹ CARVALHO, Inaiá Maria de. *O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: HUCITEC/SUDENS, 1987., p. 58

¹⁰ *Ibid.*, p.62 (Grifo Nosso)

¹¹ COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.62.

(...) [possuía] relações de trabalho juridicamente definidas”¹², sujeitos à uma forte concentração de terras, que seja no litoral canavieiro, no agreste pecuarista ou no sertão agrário-pecuarista, o desenvolvimento é restrito, e as secas surgem como um fenômeno revestido de grande calamidade social para as classes menos favorecidas, uma vez que, conforme salienta Amélia Cohn:

*“(...) para os proprietários de terra a situação se configura diferentemente: na medida em que o governo federal intervenha fornecendo verbas e empregue a mão-de-obra vítima das secas, essa medida reverte-se em vantagem para o latifundiário que, no período de menor atividade (...) não tem que pagar os salários para os trabalhadores parados (...).”*¹³

Nesse sentido, as próprias medidas do governo federal são medidas que protegem e perpetuam o tipo de organização econômica existente, sugerem-nos a existência de posições antagônicas, uma se detendo no modelo existente e outra ávida pelo processo industrializante e modernizador.

Acreditamos portanto, que estes primeiros apontamentos nos permitem aludir à elaboração e projeção de um espaço nordestino entendido como desgracioso, limitado e ciclicamente determinado e dependente da seca e das benesses governistas, onde o fulcro da questão centra-se a partir de então, no bloqueio provocado pela estrutura agrária à industrialização regional, que provocaria o chamado “desequilíbrio regional” e uma grave crise.

1.2 AS CRISES

A década de 50, encontraria o Nordeste envolto no conflito entre modernizar-se ou manter suas velhas estruturas agrário-exportadoras, enquanto na realidade nacional se configurava um processo de viva industrialização, modernização e grande transformação da realidade brasileira. O processo que se desenvolveu naquele período, a historiografia já consagrou como

¹² Ibid., p. 42

¹³ Ibid., p. 44

sendo de espetacular concentração de renda a nível nacional, e mais particularmente a nível regional.

A região centro-sul desenvolvera-se de forma espetacular, tornando-se pólo dinâmico da economia nacional, em contra partida às estruturas de produção vigentes no Nordeste davam-lhe a função de *“fornecedora de capital e mão-de-obra para o desenvolvimento do centro-sul”*¹⁴. Nesse sentido, o Nordeste enquanto setor agrícola não significava mercado essencial para o desenvolvimento industrial nacional, uma vez que o centro-sul se auto-sustentava, o que em última instância significava para o Nordeste, uma restrição maior ainda ao seu crescimento e contribuíram para que se acentuasse de forma nítida as disparidades regionais ao final da década de 50.

O desenvolvimento passaria a ser, a partir de então, a pedra de toque para toda fundamentação teórica em torno das discussões sobre as razões do subdesenvolvimento e da crise pela qual passava a região nordestina, ante o tratamento diferenciado em relação à região centro-sul, o que não passou despercebido ao deputado Aluizio Alves, que em um de seus discursos dizia:

*“A crise do Nordeste precede à própria seca. (...) a esta resistiriam mais uma vez os nordestinos (...). Resistir porém com nossas poucas forças, à conjuntura econômica, resultante de fatores internacional e nacional, para nós é demais. Resistir à pressão da convivência de uma economia mais forte, baseada em próspera organização rural ou industrial, servida de crédito fácil e abundante, é escarnecer da nossa penúria.”*¹⁵

Desenvolver significava, em última instância, atrelar a região ao grande *“processo de modernização pelo qual o país passou, e que o conduziria de forma irreversível e definitiva à industrialização, à integração no conjunto econômico capitalista mundial”*¹⁶, processo esse, do qual, a região nordestina encontrava-se divorciada, enquanto área periférica e *“dependente*

¹⁴ Ibid., p. 40

¹⁵ ALVES, Op. Cit., p.17 (Grifo Nosso)

¹⁶ Ibid., p.273

*dentro da dependência*¹⁷, situação contra a qual se insuflava o nosso mesmo deputado, e cobrava ações imediatas do governo federal, nestes termos:

*“Não nos iludamos: já não é possível tratar o Nordeste com paliativos. Ou o Governo resolve enfrentar a recuperação social e econômica desta quinta parte do território do País, ou seremos uma terra perdida, um povo conduzido ao desespero, um laboratório de frustrações, uma zona surda da unidade nacional.”*¹⁸

No final da década, a situação se agravaria, na medida em que os *“principais produtos agrícolas nordestinos perderam paulatinamente os seus mercados nacionais depois de já terem perdidos os internacionais”*¹⁹ e, segundo relatório do Ministério da Agricultura, aumentava a *evasão de pessoas [que] deixaram o Nordeste, em demanda de São Paulo, Rio e norte do Paraná, (...)*²⁰.

O Nordeste, além disso, apresentava, quanto à sua economia, um quadro de crescente perda na participação do produto total do país em virtude do crescimento industrial ter se concentrado no Centro-Sul, conforme podemos observar a partir de citações de Raimundo Moreira²¹, que salienta que:

*“ (...) embora a produção industrial do Nordeste entre 1948 e 1956 tenha crescido 50%, sua participação no produto industrial do país baixou de 11% para 9%, decréscimo este que prosseguiria nos anos seguintes, até representar, em 1960, apenas 8%, (...)*²²

o que, segundo ainda o mesmo autor:

“(...) matizava ainda mais o distanciamento quantitativo entre as regiões, ao que se somaram medidas de proteção aduaneira que

¹⁷ Conforme tipologia estabelecida por Florestan Fernandes

¹⁸ ALVES, Op. Cit., p.68 (Grifo Nosso)

¹⁹ COHN, Op. Cit., p. 56

²⁰ Cfe MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 18, n.º 35, p. 329-360. 1998.

²¹ MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste brasileiro*. Rio-de-Janeiro,-Paz-e-Terra,-1979.

*obrigaram as regiões periféricas a comprar no mercado centro-sul, o que foi outra forma de consolidar o crescimento industrial, mediante a transferência de renda para a região central*²³.

O que significou, em última instância, a destruição das bases da economia nordestina, agrário-exportadora e dependente e colocava em cheque as próprias relações políticas²⁴, pois num contexto de profunda dependência e servidão ao qual se encontrava submetido o trabalhador na estrutura agrária vigente naquele momento²⁵, surgiram as Ligas Camponesas, experiência pioneira do Engenho Galiléia, que *“seria um novo elemento de forças no complexo de forças regional”*²⁶, além da Igreja, *“que se caracterizaria por uma ação de total independência em relação governo central”*²⁷, tudo isto no momento exato em que a seca de 1958 (de grandes proporções) prenunciava grandes flagelos e as eleições *“anunciavam em nível regional a queda da oligarquia agrária que até então detinha inquestionavelmente o poder”*²⁸.

Supomos, portanto, que ao delinear-se nitidamente a crise política e econômica da região, articulações políticas fizeram-se necessárias, *“numa mobilização dos diferentes grupos sociais e políticos em busca de uma solução de compromisso para a região (...)”*²⁹, organizando-se:

“(...) não mais um programa de obras contra as secas, mas um Plano de Recuperação do Nordeste (...)”

Mas, quanto antes, (...)impõe-se a criação da Comissão Nacional de Recuperação do Nordeste, para executar um programa que tenha como instrumento de crédito, (...) o Banco do Nordeste, como fator de desenvolvimento da indústria, a energia de Paulo Afonso, e como elemento

²² Ibid. , p. 34-5

²³ Ibid. ,p.35-6

²⁴ É evidente que dada as dimensões de nossa pesquisa, não é e nem poderia ser nosso objetivo esgotar a série de articulações e possibilidades econômicas que conduziram a essa crise, fez-se necessário delimitarmos as ações ao nosso interesse imediato e nos ativemos àquelas puramente com conotação política.

²⁵ Se retomarmos aqui os traços essenciais da estrutura agrária, perceberemos que o predomínio do latifúndio (com grande emprego de mão de obra), e do minifúndio (que raramente integrava-se a uma economia de mercado) gerou uma alta concentração de renda, combinada ao grande crescimento demográfico e à baixa remuneração da mão-de-obra .

²⁶ COHN. Op. Cit., p. 89

²⁷ Ibid., p. 90

²⁸ Ibid., p. 92.

²⁹ Ibid., p. 109 (Grifo Nosso)

*de fixação econômica e humana, as obras de retenção, captação e irrigação do solo, a cultura de plantas regionais e uma política social de amparo ao homem nordestino”.*³⁰

Ainda que, segundo constatou Amélia Cohn³¹, *“nunca se faça referência ao Nordeste para desenvolver o país, mas sim à necessidade de se desenvolver o Nordeste para se construir uma “grande nação”(coesa e integrada)”*, uma vez que o Nordeste tornava-se potencialmente perigoso para a própria estrutura nacional.

Tais solicitações, somadas à ineficácia do DNOCS, que já haviam resultado na criação pelo presidente JK, do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste³² (GTDN), e no Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO) resultaram, por fim, na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que passou a representar na visão de Pereira³³, *“uma nova fase no que diz respeito a política federal de enfrentamento da seca na região”*³⁴, uma vez que significava aos olhos de todos, a instituição que redimiria do subdesenvolvimento o Nordeste, haja vista que, a partir dos planejamentos realizados por aquele órgão, o desenvolvimento viria pela diversificação da *“atividade produtiva na região através de um forte impulso no setor industrial (...) [o que teria] fortes repercussões sobre outros setores de atividade”*³⁵.

Contudo, se a industrialização era vista *“como o caminho que o país deveria seguir rumo ao desenvolvimento econômico”*³⁶, para o Nordeste, supomos que mesmo após o advento da SUDENE, a situação permaneceria inalterada, pois como afirma Amélia Cohn, *“o coronelismo se infiltrara também naquele órgão (...) influenciando, determinando até, o emprego de verbas na construção de açudes em propriedades de grandes latifundiários”*³⁷, numa prática que se notabilizou na historiografia denominada como sendo a da *“indústria da seca”*³⁸ e

³⁰ ALVES. Op. Cit., p. 72-4.

³¹ COHN. Op. Cit., p. 109

³² A função do GTDN era fazer um estudo exaustivo da região e das atividades e dispêndios federais aí efetuados.

³³ PEREIRA, Henrique Alonso de A R. **O Homem da Esperança: Uma Experiência Populista no Rio Grande do Norte. (1960-1966)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1996. (Digitado)

³⁴ Ibid., p.22

³⁵ Ibid., p. 23

³⁶ Ibid., p. 24

³⁷ COHN, Op. Cit., p.70

³⁸ Tipificado por Antonio Callado.



tinha ainda em seu repertório a manipulação corrupta de fundos e falsificação de folhas de pagamento, além de outras práticas igualmente fraudulentas.

Desta maneira, supomos que não foi o advento da SUDENE, enquanto projeto de órgão fomentador do desenvolvimento, a instituição a redimir a grave realidade nordestina, ao contrário, serviu de elemento acirrador da mesma, ao reeditar em suas ações, práticas condenadas de um clientelismo banal. Desta forma, no início da década de 60, viria o Nordeste submergir numa crise política e econômica agravada nos anos subseqüentes, o que transformaria a região no palco de um *"fenômeno econômico regional"*³⁹, composto em sua essência, não só de um viés econômico, mas também, de um viés político e social que se agravava, configurando-se no que a historiografia tipificaria como sendo a crise da hegemonia política oligárquica, crise esta que abria um enorme campo para práticas que, bem observadas, apresentam-se como sendo de um puro populismo.

1.3 OS POPULISMOS

Para Otávio Ianni⁴⁰, o populismo trata-se muito mais *"de um movimento político, antes do que um partido político. Trata-se de um processo do qual participou não somente a burguesia, mas também a esquerda"*⁴¹, daí que em suas leituras sobre este movimento, Boris Fausto⁴², nos sugira a idéia de uma *"aliança entre as classes"*, partindo (ao que supomos) das proposições anteriormente citadas, bem das de Norberto Bobbio⁴³, para quem este movimento ao excluir a luta de classes, torna-se *"fundamentalmente conciliador"*⁴⁴.

Francisco Weffort⁴⁵ ressalta, contudo, que nesta *"aliança conciliatória"*, *"a hegemonia se encontra sempre com os interesse vinculados às classes dominantes, mas é impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares"*⁴⁶, o que assim posto, sugere a falsa impressão de participação popular em nuances outros que não os meramente figurativos e sim, em tons realmente decisórios.

³⁹ Cfe. COHN. Op. Cit., p. 26

⁴⁰ IANNI, Otávio, *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁴¹ Ibid., p. 206-8

⁴² FAUSTO, Boris. *"Populismo: Capítulos encerrado"*. Cadernos de Debate: São Paulo, 1976.

⁴³ BOBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 11ª. ed. 1998.

⁴⁴ Ibid., p. 980

⁴⁵ Weffort, *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁴⁶ Ibid., p. 61-2

O sentido dado, portanto, ao populismo por estes intelectuais, é o mesmo dado por Laclau⁴⁷, que aprofundando um pouco mais a discussão, vai em busca de sua gênese, e a identifica como advinda de um momento de *“crise particularmente grave do bloco do poder”*⁴⁸, crise esta que leva uma de suas frações a tentar estabelecer a sua hegemonia *“através da mobilização de massas, e [da elaboração de] uma crise do transformismo”*⁴⁹.

No Rio Grande do Norte, a cisão que se opera na União Democrático Nacional (UDN), entre as alas de Dinarte Mariz e Aluizio Alves, e que segundo Francisco de Oliveira⁵⁰, seria uma cisão produzida pela penetração da burguesia do centro-sul, é elemento caracterizador, a nosso ver, da crise de hegemonia do bloco do poder, uma vez que instituindo-se como força modernizadora, Aluizio Alves colocara-se com seu populismo em posição antagônica à da ala de Dinarte Mariz que continuara sendo *“a mais lídima expressão da oligarquia agrária algodoeiro-pecuária”*⁵¹, além disto este posicionamento configura nitidamente a busca de um alinhamento de Alves, com ideologias que por sua conotação, orientam-nos no sentido de alinhá-lo ideologicamente, em estreita sintonia com um populismo de cunho desenvolvimentista. Posicionamento este, que é tido pela historiografia tradicional como sendo de caráter liberal, mas entendido pela historiografia de esquerda como sendo de caráter entreguista.

A despeito, contudo, do caráter dado a este posicionamento, o que verificaremos é uma aliança inter-classes, uma união entre burguesia e esquerda, representa por Djalma Maranhão. //

Enquanto o populismo de Aluizio Alves é um resultado da penetração do Estado nacional burguês, tendo portanto, um caráter liberal, o de Djalma Maranhão está mais vinculado ao nacionalismo econômico ou popular.

Tais considerações, já nos permitem caracterizar de forma diferenciada da tradicionalmente abordada pela historiografia, o populismo do Rio Grande do Norte, pois permitem-nos supor a existência no Rio Grande do Norte, não de um único populismo, mas de populismos, que surgidos de um momento de crise, desaguaram nas eleições de 60, alavancadas pelas discussões sobre a necessidade de modernização do Estado.

⁴⁷ LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: Capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁴⁸ Ibid., p. 183 (Grifo Nosso)

⁴⁹ Ibid., p. 183

⁵⁰ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE. Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

⁵¹ Ibid., p.94

A despeito das posições e discursos tanto de Alves, quanto de Maranhão, ambos orientam-se pelo discurso conciliador, partindo de posições análogas de defesa da industrialização e do desenvolvimento, divergindo apenas em relação a como fazê-lo.

Parece-nos legítimo neste caso, tomarmos as duas correntes ideológicas preponderantes a nível nacional deste movimento desenvolvimentista no período (nacional desenvolvimentismo e nacionalismo econômico) como posicionamento ideológico também dos líderes populistas que o Rio Grande do Norte iria assistir nos anos subsequentes ao do início da década de 60, uma vez que, sob as asas do nacional desenvolvimentismo ou nacionalismo liberal, faziam-se representar intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e políticos ditos progressistas como o próprio Aluizio Alves, e sob as asas do denominado nacionalismo econômico ou popular se abrigavam intelectuais e políticos de “*característica comunista, socialista e trabalhista*”⁵², como Djalma Maranhão, mas que fundamentalmente opõem-se aos grupos oligárquicos estabelecidos no poder, através do discurso modernizante.

Podemos perceber, portanto, que as elaborações produzidas por intermédio de discursos e ações sobre o espaço regional nordestino, caracterizando-o como lugar desgracioso e problemático, carente de recursos e benesses do governo, mas ávido de soluções e principalmente de progresso, propiciou no final da década de 50 e início da década de 60 o surgimento de grupos políticos antagonicos, sustentados ideologicamente pela dialética oposição antigo *versus* moderno, numa busca da hegemonia política. ?

Tais conclusões, permitem-nos retomar a concepção gramsciana de região, abordada no início do capítulo, na qual o mesmo entende região como “*espaço de construção da hegemonia e dominação de uma classe sobre as demais*”⁵³, local onde concretamente “*se definem e enfrentam as classes sociais*”⁵⁴, o que nos permite supor que posicionando-se enquanto forças modernizantes em oposição às forças conservadoras representadas por Dinarte Mariz, os grupos capitaneados por Aluizio Alves e Djalma Maranhão objetivavam, em última instância, a consolidação hegemônica de novas lideranças, novas alternativas para o estado e, suas alianças e articulações seriam assim, reflexos de uma ação propositalmente articulada, o que os

⁵² MOREIRA, Vânia. Op. Cit., p. 334

⁵³ Cfe PESAVENTO. Op. Cit., p. 68

⁵⁴ Ibid., p. 68

encaminha de encontro a proposição de Fernando Henrique Cardoso, para quem o populismo seria “*um recurso político do qual se lançou mão na luta de poder (...)*”⁵⁵

Afastando-se porém os esquemas explicativos fechados e o determinismo enquanto fator preponderante nos eventos históricos, percebemos um certo desejo em conciliar-se, em reorganizar-se, em unir-se em torno de um objetivo comum, contra um inimigo comum, mas também uma busca pela apropriação, e instituição simbólica destas mudanças, não bastava dizer, era preciso demonstrar, demarcar, caracterizar, de forma a se estabelecer o aparato de hegemonia, conforme nos sugere Pesavento⁵⁶, supomos que esta construção se denominou “*esperança*.”^{||}

X

⁵⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. Citado In: GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo: A campanha de pé no Chão*. São Paulo: Cortez, 1991., p. 24

⁵⁶ PESAVENTO. Op. Cit., p. 68

2. COREOGRAFIAS POLÍTICAS E PODER

A produção historiográfica sobre as campanhas políticas no Rio Grande do Norte na década de 60, via de regra, referencia o fato de que, pela primeira vez no estado, utilizou-se de uma empresa de publicidade para produzir e supervisionar uma campanha política⁵⁷, seria a mesma empresa que anos antes teria auxiliado Cid Sampaio e Miguel Arrais a se elegerem em Pernambuco e desta feita utilizaram-se dos mesmos métodos e subterfúgios nestas plagas.

Das ações desta empresa, resultaram um vasto material de propaganda que estando “em sintonia com uma série de técnicas publicitárias”⁵⁸ vigentes à época, conforme Pereira, registram um momento de busca de mudanças nas relações de poder no estado. Tal material permite-nos supor a existência de complexos mecanismos simbólicos que, ao nosso ver, tinham por intuito, legitimar ações e discursos político-eleitorais, em busca do estabelecimento de uma hegemonia política, além de demarcarem claramente a tentativa de superação do grupo político capitaneado por Aluizio Alves e Djalma Maranhão, sobre os demais, num processo de rearranjo e substituição de lideranças, que mais uma vez se pronunciava no horizonte, haja vista fatos semelhantes já terem ocorrido na política local como no exemplo mais significativo da “Revolução” de 30.

É partindo deste pressuposto, que identificamos e entendemos este discurso simbólico, como sendo produzido para efetivamente adquirir “um sentido que ultrapassasse suas próprias particularidades”⁵⁹, uma vez que deveriam não só marcar efetivamente a entrada deste novo grupo no cenário político do estado, mas também ocupar os corações e as mentes dos eleitores, mexendo com o imaginário coletivo ao propor a mudança e o novo como resultados imediatos de uma efetiva participação popular.

São, ao nosso ver, exemplos significativos desse processo persuasivo o recorrente discurso da modernização e da união contra um inimigo comum, o permanente chamamento à participação popular como forma de legitimação e a apropriação do sentimento de “esperança”, enquanto força motivadora para a superação de todos os obstáculos, tudo isso materializado em cores (verde) e símbolos (bandeiras, lenços, etc.), que utilizados por este

⁵⁷ Estas referências à campanha política são feitas entre outros, por Germano, Pereira e Machado.

⁵⁸ PEREIRA. Op. Cit., p. 56

⁵⁹ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1990, p. 32.

Maieráulo

grupo político neste momento histórico, ganharam sentido e forma próprios, “ultrapassando suas próprias particularidades”, conforme procuraremos demonstrar a partir de agora.

2.1 OS ESBOÇOS DOS NOVOS-HOMENS: O discurso da Modernização.

Para a filósofa Marilena Chauí⁶⁰ a tomada do poder por classes outras que não as que já o detêm, não é um processo simples, uma vez que:

“Para poder ser representante de toda a sociedade contra uma classe particular que está no poder, a nova classe emergente precisa dar às suas idéias a maior universalidade possível, fazendo com que apareçam como verdadeiras e justas para o maior número possível de membros da sociedade. Precisa apresentar tais idéias como únicas racionais e as únicas válidas para todos. (...), a classe ascendente não pode aparecer como uma classe particular contra outra classe particular, mas precisa aparecer como representante de toda a sociedade, dos interesses de todos contra os interesses da classe particular dominante. E consegue aparecer assim universalizada graças às idéias que defende como universais”⁶¹.

A citação é longa, mas parece-nos elucidativa e bastante adequada à realidade política vivida no Rio Grande do Norte, a partir do início da década de 1960.

Supomos que naquele momento as oposições que se constituíram contra o então governador Dinarte Mariz, buscaram legitimar suas ações de tentativa de provocação da alternância do poder, buscando universalizar suas idéias e posicionando-se enquanto legítimos representantes da sociedade como um todo, na tentativa de romper com um modelo político contra o qual se insurgiam. Tais suposições, ganham sustentação se considerarmos as proposi-

⁶⁰ CHAUI, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁶¹ *Ibid.*, p. 100-1 (Grifo Nosso)

ções da historiadora Débora Bithiah de Azevedo⁶², que nos afirma ser o poder um espaço onde:

*“Os diversos atores em cena buscam legitimar-se fazendo com que seu projeto político, um entre diversas alternativas políticas possíveis, seja reconhecido como o verdadeiro, aquele possível de representar, em dado momento um suposto interesse geral. Isso implica a definição de parâmetros de legitimidade, de criação de um sentido comum em torno de uma determinada ordem.”*⁶³

Podemos então, a partir destas proposições, projetar uma realidade similar no caso do Rio Grande do Norte, pois se a primeira necessidade dizia respeito a um ordenamento das convicções político/ideológicas de cada grupo envolvido nesta contenda, era mais importante não aparecer perante os eleitores de um modo geral, como nova classe política a se opor à classe oligárquica encastelada no poder, o que daria, a nosso ver, o mesmo tom das disputas oligárquicas que até então se presenciaram no estado.

Conforme salienta Germano⁶⁴, *“podia-se identificar [naquele momento] três posições distintas*⁶⁵ no Estado: a primeira representada pelo governador Dinarte Mariz, legítimo porta-voz das oligarquias agrárias algodoeiro-pecuaristas, líder local da UDN e adepto de um velho modelo de práticas políticas que facilmente associamos ao coronelismo, o que o colocava na posição mais conservadora.

A segunda posição era encarnada por Aluizio Alves, *“que representava naquele momento os interesses da industrialização e do ‘progresso’”*⁶⁶ da burguesia (mesmo sendo originariamente vinculado aos mesmos setores oligárquicos de Dinarte), e passara a propor a ruptura com os modelos oligárquicos vigentes, transformando-se gradativamente no que a historiadora Amélia Cohn, classificou de *“a nova mentalidade nordestina”*⁶⁷.

⁶² AZEVEDO, Débora Bithiah. **Democracia e Repressão - O aparato de manutenção da ordem no governo Dutra**. Natal: UFRN, Digitado.

⁶³ Ibid., p. 1 (Grifo Nosso)

⁶⁴ GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: A campanha de pé no Chão**. São Paulo: Cortez, 1991.

⁶⁵ Ibid. p. 70.

⁶⁶ Ibid., p.70.

⁶⁷ COHN, Op. Cit., p. 92

Na terceira posição por fim, situava-se Djalma Maranhão, “*nacionalista de esquerda, favorável à reforma agrária, à nacionalização dos setores produtivos fundamentais, contra o imperialismo*”⁶⁸, destacado deputado federal que, quer seja como integrante da Frente Parlamentar Nacionalista e anteriormente como prefeito nomeado da Cidade do Natal, já demonstrara sua profunda identificação com as causas populares e, portanto, estava bem mais afeito às transformações, do que Dinarte e até mesmo do que Aluizio Alves.

Além disto, somaram-se a estas lideranças, um espectro de políticos e partidos que isoladamente não diziam muito, e que unidos geravam mais desconfianças que respeitabilidade.

Se por um lado tínhamos a perfeita configuração do “inimigo comum”, personalizado na figura do governador Dinarte Mariz, líder de uma “classe” (a oligárquica), do outro não existia uma oposição unida e com argumentos realmente convincentes que justificassem esta união, o que configurava claramente o quadro da disputa de classes particulares, contra classes particulares tipificado acima por Marilena Chauí.

Tais proposições não nos parecem equivocadas, ainda mais se considerarmos que as antigas ligações de Aluizio, deixavam-no numa posição bastante ambígua pois, além de se eleger pela UDN por quatro legislaturas consecutivas, destacara-se como um dos seus mais renomados parlamentares e, somente romperá com o partido e com o governador Dinarte Mariz, quando teve suas pretensões de lançar-se candidato ao governo do estado, barradas por este.

Não obstante, não se fez de rogado e articulando-se com Theodorico Bezerra, um seu antigo inimigo político, lançou-se candidato ao governo do Estado pelo Partido Social Democrático (PSD), partido grande inimigo ideológico da UDN quer fosse no plano nacional ou local. Ademais, mesmo discursando em torno do novo, do moderno e do industrial, em falação que muito agradava à burguesia, Alves foi ainda assim apoiado por uma significativa fração da velha “*oligarquia agrária, ainda em um movimento de dissolução, representada, entre outros, pelos nomes de Theodorico Bezerra, José Augusto Varela e Aristófanes Fernandes, velhos oligarcas e veteranos políticos*”⁶⁹.

Da mesma forma, Djalma Maranhão permanecia prisioneiro ao fato de ter sido antigo militante do Partido Comunista e partícipe da rebelião de 1935 (cujos traumas e principalmente cujos medos continuavam ainda bastante presentes no imaginário coletivo da população norte-

⁶⁸ Ibid., p.70

rio-grandense) sendo que, o seu rompimento com o Partido Comunista anos antes, a aproximação de seu discurso ao do cafeísmo⁷⁰, e a assunção de uma *“postura contra o imperialismo e contra o latifúndio, [mas com um caráter] democrata e popular”*⁷¹, somados à excelente administração realizada anos antes à frente da prefeitura de Natal, tornaram-se apenas atenuantes ao fato de que para tal cargo, ter sido nomeado pelo próprio Dinarte, após apoiá-lo politicamente nas eleições para o governo do estado em 1956.

A questão que se coloca é, como se transformou este espectro de posições, incoerências e ambigüidades, num corpo coerente e unívoco, que convenceu os eleitores sobre as novas posições destes candidatos? Como se deu o processo de transformação desses interesses individuais em interesses coletivos, representantes portanto de toda a sociedade?

Nossa hipótese é que, esta legitimação, esta universalização de interesses, deu-se através de discursos e imagens que projetaram tanto Aluizio quanto Djalma, como “novos-homens”, unidos em torno de um ideal comum, que não era só o deles, mas de todo o povo do estado que não suportava mais os desmandos do poder. Estes discursos portanto, surgiam da releitura dos fatos passados e da descaracterização de seus aspectos negativos (inclusive a vinculação de ambos a Dinarte Mariz), de forma a torna-los mais palatáveis e adequados ao momento, num processo em que, conforme salienta Pierre Ansart:

*“(...)as linguagens opostas(...) [têm a função de agirem] sobre o passado, [e] realizarem um trabalho de produção do sentido, operando por seleção e reconstrução,(...).(...) [tratou-se assim, no caso do Rio Grande do Norte], de reescrever a história para expressar o novo presente, mudar o nome das coisas para criar o novo sentido e assim traçar o novo rumo das coisas.”*⁷²



Neste sentido, não teria sido casual o recorrente destaque dado às atuações parlamentares de ambos os candidatos, onde os mesmos são apresentados como intimamente preocupa-

⁶⁹ GERMANO. Op. Cit., p.50-1

⁷⁰ O cafeísmo foi a representação no Rio Grande do Norte, de um fenômeno típico das lutas das camadas médias urbanas contra as oligarquias da República Velha, Café Filho e Kerginaldo Cavalcanti foram seus principais líderes.

⁷¹ GÓIS, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler*. São Paulo: Cortez, 1991.

⁷² ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 39 (Grifo Nosso)

dos com os destinos do estado e deixam de lado, em prol dos interesses do povo suas antigas divergências pessoais e ideológicas⁷³.

Dentro desta lógica, o “novo-homem” Aluízio Alves foi o parlamentar que criou a Lei de Créditos de Emergência⁷⁴, apresentou projetos de industrialização e aproveitamento da energia elétrica produzida pela Usina de Paulo Afonso, como o encomendado ao engenheiro Paulo Fernandes no decorrer da década de 50⁷⁵, e se auto-intitulava “o salvador da pátria, se dizendo (...) o único capaz de se preocupar com os pobres”⁷⁶, uma preocupação que é matizada nas peças promocionais veiculadas nos periódicos **A Tribuna do Norte**, **A Folha da Tarde** ou **O Diário de Natal (Anexo - 1)**, onde, se é facilmente perceptível o apelo à mudança e à transformação, e sua clara vinculação à figura salvadora de Aluízio Alves.

Torna-se mais explícita e elucidativa ainda, a mensagem escrita, que identificando inicialmente o problema, atrela sua solução definitiva à sua figura:

“Temos a menor renda do Nordeste: Cr\$ 5.000,00 anuais; faltam-nos alimentos essenciais. Vivemos em média 37 anos. Precisamos mudar o Governo; não apenas os homens.

Aluízio é a esperança de INDUSTRIALIZAÇÃO. Industrialização é o mesmo que prosperidade. Prosperidade para o homem, para o município e para o Estado.”⁷⁷

Em igual sentido, o “novo-homem” Djalma Maranhão apresentava-se agora aos eleitores como o destacado parlamentar, que na Câmara dos Deputados defendera os interesses da coletividade, fato que o periódico **Folha da Tarde**, destacava em primeira página:

⁷³ O acordo entre as oposições fez com que Aluízio revisse sua proposta de proibição, por parte de membros da UDN, de fazerem acordo no âmbito estadual ou nacional com o Partido Comunista, e seus integrantes, uma vez que Alves considerava que o problema do Estado e da sua utilização para os fins políticos de um partido único, se apresenta aos marxistas, (...) em termos permanentemente conspiratórios, catilinários, (...). Cf Alves, Aluízio. **Sem Ódio e sem medo**. P.166-7.

⁷⁴ O Projeto de Crédito de emergência, apresentado pelo então Deputado Aluízio Alves, foi transformado na Lei 3.471, de 28/11/60. Cf Alves, Aluízio. **Sem Ódio e sem medo**. P.85

⁷⁵ FERNANDES, Paulo. **Recuperação Econômica da Região Oriental do Rio Grande do Norte. Pela energia de Paulo Afonso**. Rio, S/Ed., 1955.

⁷⁶ AYRTON, José. **Da Brejeira ao Rabo de palha: uma história dos governos do Rio Grande do Norte**. Natal, Coorjornal, 1987. p.97

⁷⁷ Propaganda política., Diário de Natal, 12/09/1960. (Grifo Nosso)

“Deputado Djalma Maranhão defende interesses do Estado na Câmara Federal”⁷⁸

Mas também apresentava-se como administrador e como político, ressaltando que, *“como administrador marcou o seu governo na prefeitura com um trabalho em favor da coletividade e do bem comum (...), e como político, defendeu as idéias básicas da doutrina nacionalista (...)”⁷⁹* dentro dos preceitos democráticos, não sendo mais o comunista que em 1946 afirmava que *“[continuava] a crer na vitória do socialismo, convicto de que somente a dialética marxista-leninista libertará as massas da opressão e da fome através da socialização dos meios de produção (...)”⁸⁰*. O nacionalista de agora acreditava nas mudanças pela via política e pelo desenvolvimento, num modelo de nacionalismo que a **Folha da Tarde** se encarregaria de distinguir bem de suas posições ideológicas anteriores, ao frisar em sua coluna política que:

“Nacionalismo não é Comunismo.”⁸¹

Ademais, tais distinções nem seriam totalmente necessárias, pois segundo as falas de Dalcy Cruz⁸²

“(...)Aluizio tinha um discurso que estava indo de encontro aos desejos da esquerda e dos comunistas(...) que era o desenvolvimento. (...) Se falava em industrialização, em energia, em desenvolvimento rural, em reforma agrária (...) tal como Aluizio falava (...) então ele era uma pessoa que(...) atendia aos anseios do PC (...). Essa era a aliança que o PC pregava muito. Era a aliança com a pequena burguesia, com a burguesia nacional. Era a concepção política de esquerda daquela época (...).”⁸³

⁷⁸ Folha da Tarde, 23 de Fevereiro de 1960., p.1

⁷⁹ Ibid., p.4

⁸⁰ MARANHÃO, Djalma. Carta aberta ao povo e ao proletariado do Rio Grande do Norte. A república, 24 de abril de 1946. P.10

⁸¹ Folha da tarde, edição de 08 de Março de 1960., p.3

⁸² Entrevista à PEREIRA. Op. Cit.

⁸³ Ibid., p.95-6

Portanto, não estariam totalmente incoerentes as posições assumidas por Djalma Maranhão e seu grupo ao apoiar Aluizio Alves, uma vez que, estas falas de Aluizio, aqui descritas por Dalcy Cruz, vão legitimar uma das mais espetaculares e improváveis (até aquele momento) coreografias políticas que o Rio Grande do Norte já assistiu, na qual, às posições políticas defendidas por Aluizio Alves, se juntariam as posições de Djalma Maranhão, transformando o projeto político de ambos (que em última instância significava a tomada do poder), em alternativa verdadeiramente representante do “interesse geral”, de derrotar o “inimigo comum”, Dinarte Mariz.

Aos olhos de contemporâneos seus, tais fatos foram colocados de forma a representarem uma luta antagônica e extremamente personalista entre os contendores, o que é possível perceber através da leitura do periódico **Folha da Tarde** em sua edição de 05 de janeiro de 1960, que registrou em sua Coluna Política, não se tratar mais a disputa política naquele momento, de “*apoiar Djalma Marinho ou Aluizio Alves. A eleição (...) [iria] se travar entre aqueles que (...) [eram] favoráveis a Dinarte Mariz ou os que (...) [eram] contrários ao governador*”⁸⁴.

Posto desta forma, tal antagonismo levava-nos a um maniqueísmo evidente, em que passou-se a caracterizar o adversário a partir de então, com inevitáveis oposições como o velho (personificado a partir de então por Mariz), e o novo (representado pelas propostas de Aluizio e Maranhão), a modernização e o atraso, a união e a desunião, entre o governo e a confusão, conforme seria magistralmente reapropriado e apresentado em peças promocionais como as apresentadas a seguir, onde mais uma vez ficam claras a associação entre o presente medíocre e acachapante vivido pelo Rio Grande do Norte, e o futuro industrioso e brilhante reservado ao povo, com o governo de Aluizio Alves e a eletrificação e o desenvolvimento, **que somente ele traria**, conforme se observa na representação das torres de eletrificação e as rodas das indústrias vistas ao fundo de uma outra figura. (**Anexo 2**)

E a associação entre o governo presente e o atraso, a fome e a mendicância, persistem, como persiste também o chamamento à participação popular enquanto personagem capaz de mudar esta situação, de influir com o seu voto nos destinos do estado (**Anexo 3**).

Observe-se que o povo é constantemente questionado e chamado a tomar uma decisão, o que dá a impressão de uma decisiva participação popular neste processo, tornando-se

⁸⁴ Folha da Tarde, 05 de janeiro de 1960.

em caso de derrota, o único responsável pelo fracasso destas propostas, o que os levaria de partícipes a algozes dos menos favorecidos e dos suplicantes. (Anexo 4)

Como mais um argumento desta associação entre a figura de Aluizio Alves com o progresso e a riqueza, basta olharmos um dos “santinhos” da campanha, onde o mesmo aparece numa nota de 1.000 Cruzeiros, onde podemos ler, “A Esperança para o Rio Grande do Norte”. (Anexo 5)

Desta forma, entendemos que a despeito de seus passados de divergências ideológicas e de suas ligações e apoios ulteriores ao governo de Dinarte Mariz, Aluizio Alves e Djalma Maranhão travestiram-se a partir de então em “novos-homens” e, sintonizados com a realidade em que viviam, redirecionaram seus discursos e práticas, na intenção de mudar os rumos da história política do Rio Grande do Norte e dar um novo sentido àquele momento histórico, levando-nos a associar suas ações ao pensamento de Pierre Ansart, para quem este fenômeno é entendido como o de apropriação da “*intencionalidade coletiva*”⁸⁵, ou seja, tanto Aluizio Alves quanto Djalma Maranhão apropriaram-se dos anseios do povo, transformando em gestos, ações e falas o que o povo desejava ouvir.

Desta forma, todas as ações presentes tornaram-se legítimas, “*em função de um futuro considerado desejável*”⁸⁶, fazendo-se necessário apenas atingir o imaginário coletivo para legitimar tal ato. Acreditamos que isto tenha sido feito, através da invenção da “esperança”, que reafirmou a participação popular.

2.2 CORES E GESTOS, ESPAÇO E FORMA: a invenção da esperança e a participação popular

Segundo Pierre Ansart, “*a produção dos bens simbólicos visa, em primeiro lugar, a audiência, a escuta; trata-se de ser ouvido, de estabelecer com o público uma relação pontual*”⁸⁷, é neste sentido que podemos entender que a “esperança”, principal símbolo da campanha de 60, na política norte-rio-grandense, não se deu de forma outra que não numa busca de se estabelecer a comunicação efetiva entre os líderes e as massas. Uma *invenção* cuja gênese, o

⁸⁵ ANSART. Op. Cit., p.39

⁸⁶ Ibid., p.40

⁸⁷ Ibid., p.80

Jornalista João Batista Machado⁸⁸ localizou em um discurso de saudação, proferido por Grimaldi Ribeiro, em homenagem a Aluizio Alves, quando aquele se referiu a Aluizio, como sendo “*alguém por quem se (...) [esperava], alguém que se (...) [chamava] esperança*”⁸⁹. Esperança da qual se apropriaram eficazmente as oposições, transformando para campanha, este sentimento, segundo o Jornalista José Ayrton Lima⁹⁰,

“(...) [na] idéia mãe, (...) [na] idéia ventre... que Aluizio utilizou muito bem. Porque a esperança é o sentimento que cada um vive do não viver, (...). Aluizio (...) jogava tudo que você imagine hoje (...) no fascínio que a esperança pudesse despertar perante a consciência popular(...)”⁹¹

Se considerarmos que “*na década de 60 a televisão no Rio Grande do Norte ainda era um sonho , que o jornal gráfico só chegava nas mãos daqueles que tinham melhores condições financeiras (...)*”⁹², e que dois terços da população eram analfabetos, torna-se facilmente perceptível a necessidade de se “inventar” uma mensagem que atingisse de forma inapelável não só ao público letrado e urbano, mas também e principalmente, às pessoas de baixa renda e as menos esclarecidas e motivassem a participação popular, o que transformava a “esperança” nessa mensagem, que dado principalmente à sua facilidade de recepção, tinha por objetivo não só comunicar de forma ordenada os apelos dos líderes, mas principalmente, produzir uma espécie de “*incitação a modalidades de comportamento*”⁹³, neste caso, um comportamento de aquiescência em relação às manifestações dos líderes e de repúdio aos seus opositores.

Relembramos o que propõe Cornelius Castoriadis⁹⁴, para quem um símbolo “*nem se impõe como uma necessidade natural, nem pode privar-se em seu teor de toda referência ao real (...)*”⁹⁵, supomos que ao apropriar-se do símbolo “esperança”, estabelecia-se entre as oposições e o povo, uma modalidade de comportamento coletivo desejado, mas de forma al-

⁸⁸ MACHADO, João Batista. 1960: **Explosão de Paixão e ódio**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

⁸⁹ Cfe. MACHADO. Op. Cit., p. 87

⁹⁰ LIMA, José Ayrton de. **Ideologia políticas do rádio norte-rio-grandense**. Natal, Coorjornal, 1991.

⁹¹ Ibid., p. 11

⁹² PEREIRA. Op. Cit., p.62

⁹³ ANSART. Op. Cit., p. 84

⁹⁴ CASTORIADIS. Op. Cit., p 147

guma natural (uma vez que imposto), tornando-se uma clara manipulação deste simbólico e deste imaginário coletivo, mas completamente referenciado pelo real, que era o desejo e a esperança de mudanças que não se estabeleceriam apenas através de discursos, uma vez que o que se tinha a mostrar enquanto realização concreta naquele momento era muito pouco.

É certo, portanto, que a esperança passou a designar vários aspectos da campanha política, como bem salienta Pereira⁹⁶, de forma a que a coligação das oposições era a **cruzada da esperança**, Aluízio era o *“candidato da esperança; o caminhão que carregava [os candidatos em comícios pela cidade] era o Caminhão da esperança; o trem [que conduzia os candidatos pelo interior do Estado] era o trem da esperança; o voto a ser dado era o voto da esperança”*⁹⁷, a todas estas designações juntaram-se (até mesmo pela facilidade de associação), a cor verde, que passou a identificar as casas dos aluizistas e a enfeitar todos os comícios quer fosse como traje dos manifestantes, fosse como bandeira ou lenço, como ressalta o jornalista João Batista Machado:

*“A idéia nasceu de uma ouvinte do programa que Aluízio fazia na Rádio Poti - “Conversa com o povo” - (...). [dizia] a ouvinte “como sua campanha é denominada “Cruzada da Esperança”, por que não a cor verde?” Nasceu assim, espontaneamente, o verde como cor preferida dos partidários do candidato (...). no dia seguinte seria realizado um comício na praça Gentil Ferreira e Aluízio pediu a seus partidários que fossem à praça de Camisas, lenços e bandeiras verdes.”*⁹⁸ *No que foi prontamente atendido.*

Para o historiador Gilberto Durand, *“o imaginário é o poder”*⁹⁹ e desta forma, o controle do imaginário é uma peça essencial do dispositivo do poder, a invenção da esperança foi o mais destacado instrumento deste dispositivo. Contudo, não podemos desconsiderar também a disputa por sua legitimação, o que se deu, a nosso ver, através de uma ampla participação popular.

⁹⁵ Ibid, p. 148

⁹⁶ PEREIRA Op. cit. ,P. 63 (Grifo do Autor)

⁹⁷ Ibid., p. 63

⁹⁸ MACHADO. Op. Cit., p. 89

⁹⁹ Cfe. SWAIN, Tânia Navarro. *“Você disse Imaginário?”* In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no Plural*. Brasília: Editora da UNB: 1994. p. 51

Neste sentido, destacou-se visivelmente a atuação de Djalma Maranhão, pois se para Aluizio o povo era espectador e partícipe limitado no “espetáculo” político, para Djalma o povo era o “espetáculo” em si mesmo, a razão de ser de todo o processo que se desencadeava, o que se comprovou quando da criação dos **Comandos Populares**, encarregados de organizar a campanha de Djalma e que *“funcionavam como uma espécie de comitê central, composto por políticos, intelectuais, estudantes, líderes sindicais e de bairros.”*¹⁰⁰

Deste embrião de mobilização popular surgiram os **Acampamentos Nacionalistas**, *“espécie de barracas cobertas de lona, e instaladas nas proximidades dos mercados e das feiras, onde, além do alistamento eleitoral, existiam urnas onde eram depositadas contribuições financeiras (...).”*¹⁰¹ Era o início da **Campanha do tostão contra o milhão**, responsável por uma grande mobilização em Natal, culminando com a criação dos **Comitês Nacionalistas**, organizados por ruas e por bairros.

Parece-nos legítimo afirmar que a esta altura, os corações e mentes encontravam-se definitivamente sintonizados com os líderes, estando estabelecida em definitivo a comunicação pontual a que se referia Pierre Ansart, conforme demonstram as notícias dos periódicos da época:

*“O Caminhão da Esperança nas ruas: Aluizio - Maranhão empolgam a cidade. O Caminhão da Esperança desde ontem percorre as ruas desta cidade (...). O povo joga flores e aplaude os seus verdadeiros líderes (...). Ontem e hoje na cidade da Esperança os nomes de Aluizio, Walfredo, Maranhão e Gonzaga, saltam de boca em boca em forma de canção, de hino e de alegria.”*¹⁰²

*“Ajuda Financeira e Flores: Em todos os recantos onde passavam os Deputados Aluizio Alves e Djalma Maranhão, recebiam flores e ajuda econômica para a campanha.”*¹⁰³

¹⁰⁰ GERMANO, Op. Cit. p.71

¹⁰¹ Ibid., p.71

¹⁰² Folha da tarde, edição de 14 de setembro de 1960.

¹⁰³ Ibid., edição de 15 de setembro de 1960.

Uma vez estabelecida esta relação pontual, ganharam destaque as grandes concentrações populares, os grandes comícios, as grandes vigílias, que assumiram assim um papel estratégico de afirmação e manutenção desta relação. Para Raimundo Ubirajara de Macêdo, “as concentrações realizadas pela Cruzada da Esperança ficaram tão famosas que chegaram a chamar a atenção até da grande imprensa do país”¹⁰⁴. Tais eventos eram anunciados, através dos programas de rádio, bem como nos periódicos da época, como a vigília anunciada na **Folha da Tarde** de 29 de setembro de 1960:

*“Com Aluizio e Maranhão: Natal viverá amanhã uma vigília cívica. A grande vigília cívica terá início em Parnamirim, às 8 horas da manhã, seguindo (...), em peregrinação por todas as ruas e todos os bairros de Natal, até às 7 horas do dia 1º (...).”*¹⁰⁵

Ou a Primeira “Marcha da Esperança”, anunciada na Tribuna do Norte no mesmo período. (Anexo 6)

Eram coreografias, que Raimundo Ubirajara de Macêdo descreve como “*mais um componente do fantástico*” que o Rio grande do Norte assistiu naqueles momentos e que marcou e permaneceu presente no imaginário de todos quantos foram contemporâneos aos fatos:

*“Ele fez uma caminhada de Natal a Macaíba à pé, e o povo com bananeira nas costas, ou então, com mamoeiro, que também era verde (...) Meu jovem, se você for hoje à Macaíba de carro a oitenta quilômetros, você não gasta menos que meia hora. Agora imagine esse povo todo indo a pé, em 1960 (...).”*¹⁰⁶

De todos estes “espetáculos”, contudo, o que mais chamou a atenção foram os comícios, aos quais somaram-se de forma inovadora sons e músicas, como a significativa “Marcha da Esperança”, onde mais uma vez estava explícita a mensagem de transformação:

¹⁰⁴ PEREIRA. Op. Cit., p.72

¹⁰⁵ Folha da Tarde, edição de 29 de setembro de 1960.

¹⁰⁶ Cfe. PEREIRA. Op. Cit., p. 73

“Aluízio Alves, veio do sertão (...) sua plataforma eis aqui: assistência e cuidados ao agricultor; milhares de salários p’ro trabalhador! Com a energia de Paulo Afonso, industrialização; para a mocidade potiguar saúde e educação. O povo oprimido, do operário ao doutor, escolheu seu candidato, Aluízio Alves p’ra governador!”¹⁰⁷

Estas manifestações foram de tal forma intensas, tão inovadoras, que causaram espécies a partícipes diretos deste processo, como foi o caso de Jacira Freire da Costa, que compôs várias das músicas para a campanha:

“(...) antes não se usava música em campanha não, sabe? (...) as campanhas eram diferentes (...) Mas na campanha de Aluízio, puxa vida! Era uma verdadeira festa. O povo dançava pulava (...).”¹⁰⁸

E este tom de espetáculo ao que nos parece é exatamente o que seus partícipes guardaram de mais intenso em suas impressões, ouçamos outro contemporâneo:

“(...) o que Aluízio fez foi uma coisa inteiramente revolucionária, foi nova! (...) foi um espetáculo fantástico. Eu me lembro que me arrepiava e me fazia mal, mas eu entendia bem (...). Aluízio chegou com uma linguagem inteiramente diferente. Com pouca profundidade nos problemas. Mas fazia de cada um problema (...), um oceano de emoções. E as emoções ajudavam a que o superficialismo fosse justificado porque não havia reflexão. Quanto mais emoção, menos reflexão. E o que Aluízio queria era isso mesmo, era emoção(...).”¹⁰⁹

¹⁰⁷ Cfe. MACHADO. Op. Cit., p.91

¹⁰⁸ Cfe. PEREIRA. Op. Cit., p. 68

¹⁰⁹ Cortez, entrevista a PEREIRA. Op. Cit. 59-60

Eram, sem sombra de dúvidas, gestos inovadores e dinâmicos, mas cuja intencionalidade e verdadeiros objetivos não passaram despercebidos a um outro contemporâneo de censo crítico mais apurado, e cujas falas devemos ouvir atentamente:

“Aluízio não é um emotivo, Aluízio é um líder frio, calculador, objetivo, de resultados previstos e buscados,(...). Mas ele sabia que naquela hora , tudo isso fazia parte das circunstâncias em que ele tinha que fazer o seu trabalho para alcançar o seu objetivo. Então ele com a emoção esta (sic) sendo objetivo. Ele com a emoção, estava sendo frio. Ele com a emoção, estava sendo calculista(....)”¹¹⁰

Desta forma, podemos concluir que, na política norte-rio-grandense do período, ganhou sentido e formas específicos, o emprego recorrente da esperança e o chamamento à participação popular como forma de legitimação de um reordenamento das articulações políticas de grupos de poder do Rio Grande do Norte.

Procuramos demonstrar como um grupo de linhas nacionalistas e independentes, personificada na liderança carismática de Djalma Maranhão, articula-se com um grupo ligado aos interesses da burguesia e capitaneado por Aluízio Alves, apresentando-se como legítimos representantes dos interesses populares.

No próximo capítulo procuraremos demonstrar os equívocos de tais posições e o sucessivo “expurgo” do grupo independente, como consequência direta deste processo.



¹¹⁰ Ibid., p,59-60

3. A FAÇANHA DO BRAVO: Poder político e ruptura

Para o historiador Georges Balandier¹¹¹, “o poder utiliza-se de(...) meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações), expor os valores que exalta (manifestações) e afirmar sua força (exclusões)”¹¹², nenhuma proposição nos parece mais elucidativa que esta, no que tange à chegada de Aluizio Alves ao poder em 31 de janeiro de 1961.

O período que se estende de sua posse ao golpe militar de abril de 64, é caracterizado por estas ações espetaculares a que se refere Balandier, pois quer fosse por intermédio de gestos e ações, ou quer fosse por imagens ou falas, a chegada do grupo aluizista ao poder foi festejada e significou um gradativo processo em que esse grupo afirmou seus valores e iniciou um lento processo de ruptura e afastamento das bases de apoio e das suas antigas coligações, configurando, uma outra grande coreografia, a de afirmação de Aluizio enquanto liderança isolada no cenário político do estado, através do gradual “expurgo” das lideranças populares representadas por Djalma Maranhão. É o que procuraremos demonstrar neste capítulo.

3.1 COMEMORAÇÃO

As expectativas em torno da ascensão ao poder pelo grupo capitaneado por Aluizio Alves, desde cedo mostraram-se enormes. Ao discurso da participação popular e ao argumento da esperança, somaram-se a interpretação da estrondosa vitória política pelo povo, feito que passou a ser entendido como uma grande epopéia comparada nas falas de uma contemporânea dos fatos, à “uma façanha de bravos”¹¹³, de que foi capaz Aluizio, um “*democrático denodado, um verdadeiro apóstolo, que por seu caráter intrépido e talentosa inteligência, triunfou com galhardia.*”¹¹⁴

A despeito do tom romanesco, tais falas são elucidativas para entendermos o sentimento comum que se apoderou da população norte-rio-grandense no período, um sentimento de ter colaborado com aquele processo de transformação, que a partir daquele momento se anunciava e que todos desejavam se concretizasse. Nossa entusiasmada eleitora prossegue, deixando claro estes anseios:

¹¹¹ BALANDIER, Georges. *O poder em Cena*. Brasília: Ed. UnB, 1982. Cfe. SWIAN. Op. Cit., p. 98

¹¹² BALANDIER. Op. Cit., p.21.

¹¹³ Folha da Tarde, edição de 27 de setembro de 1960., p.1

¹¹⁴ Ibid., p.1

*“Esperamos que o título da chamada “Cruzada da Esperança” ecoe durante o seu período governamental, sem nos decepcionar. Que o símbolo verde perdure na sua vida pública, com fidelidade, justiça, que são virtudes realçantes num governo de base sólida e cujo prestígio passará de geração a geração”.*¹¹⁵

É desta forma portanto, que, se por ocasião da posse de Djalma Maranhão, a **Folha da Tarde** noticiava em primeira página que o *“povo subiria as escadas da prefeitura”*¹¹⁶ com o prefeito eleito, numa clara conotação à afirmação do compromisso assumido durante a campanha, já nos primeiros momentos antes da posse, logo ao chegar a Natal, em pronunciamento ao povo da cidade, Aluizio Alves garantia que *“ao tomar contato com a população de Natal saudando o seu povo e todos os norte-rio-grandenses [abriria para todos com a graça de] Deus, (...) as portas da esperança”*¹¹⁷, também numa clara alusão à manutenção de compromissos anteriormente assumidos.

O ato fundador desta nova fase na política norte-rio-grandense foi a grande festa de posse, que segundo o jornalista José Ayrton de Lima, foi *a maior festa cívica já realizada no rio Grande do Norte*¹¹⁸, uma vez que aproximadamente 40 mil pessoas se espremeram em torno da praça 7 de setembro para ver e ouvir Aluizio, que após proferir o chamado “discurso da esperança”, determinou, como ato apoteótico de sua entrada no poder, a mudança de denominação da sede do governo, de Palácio Potengi, para Palácio da Esperança, que objetivava de acordo com o decreto que fundamentava tal ato:

*“(...) simbolizar o permanente anseio do povo na ação de seus governantes, eventuais ocupantes da sede da administração; considerando o compromisso assumindo de dar a realidade a essas sugestões.”*¹¹⁹

¹¹⁵ Ibid., p.1

¹¹⁶ Folha da Tarde, edição de 05 de novembro de 1960., p.1

¹¹⁷ Cfe AYRTON., p. 78

¹¹⁸ Ibid, p.81

¹¹⁹ Decreto 3.803, de 31 de janeiro de 1961., Cfe. AYRTON.,p.82-3

E aqui, temos mais um claro exemplo da manipulação do simbólico, desta feita do simbolismo da linguagem de que nos fala Cornelius Castoriadis¹²⁰, pois ao mudar a denominação da sede do governo, Aluizio criava uma nova linguagem e, acreditava-se, novas instituições. Mas, aqui é possível colocarmos algumas questões: até que ponto tudo isto era novo? Até que ponto houve uma efetiva transformação?

3.2 MANIFESTAÇÃO

É certo que Aluizio tentou manter o apoio dos grupos que compuseram a "cruzada da Esperança", tanto que, conforme salienta Pereira, chegou a fazer "*um pacto com os sindicatos, ainda no início de seu governo (...)*"¹²¹, o que foi registrado pela **Tribuna do Norte** de 25 de fevereiro de 1961:

*"Governo do Rio Grande do Norte e sindicatos fizeram um pacto: aliança de cinco Anos."*¹²²

Entretanto, essa proximidade com as bases de apoio e forças populares cederam lugar a um distanciamento gradual e crescente, que supomos tenha se originado já na assunção do governo onde se evidenciou a obstinação em cumprir as promessas feitas durante a campanha, o que levaram Aluizio a buscar a associação a todo custo ao capital internacional, empregando "*um projeto de modernização incompatível com o nacionalismo populista, visto que desenvolveu estreita ligação com os Estados Unidos.*"¹²³

Ademais, é desta forma que Aluizio criará o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), que teve papel de destaque no planejamento econômico do estado, viabilizando o estabelecimento da infra-estrutura necessária ao "desenvolvimento", como a eletrificação, o abastecimento de água, a abertura e pavimentação de estradas e melhoria das comunicações, além de criar empresas de economia mista como a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN), a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), e a Telecomunicações do Rio Grande do Norte (TELERN), para explorar estes serviços.

¹²⁰ CASTORIADIS. Op. Cit., p 147

¹²¹ Op. Cit. p. 104

¹²² Tribuna do Norte, edição de 25 de fevereiro de 1961.

¹²³ PEREIRA., Op. Cit., p. 108

Para alavancar todo este desenvolvimento , Aluízio Valeu-se das verbas da “Aliança para o Progresso”, que tinham por objetivo declarado “*ajudar o desenvolvimento na América Latina com dinheiro americano*”¹²⁴ , mas contudo traziam de forma latente, o objetivo de realizarem “*o enfrentamento do perigo comunista no continente,*”¹²⁵ através do financiamento de projetos que promovessem o desenvolvimento.

Segundo René Armand Dreifuss¹²⁶, Aluízio Alves por sua trajetória política, encaixava-se no modelo de político “confiável”, não tendo dificuldades em conseguir ajuda americana. Como ressalta Germano¹²⁷, por ser em essência um político “favorável ao progresso”, a administração de Aluízio se pautou em aspectos como:

*“(...) a modernização administrativa e estabelecimento da infra-estrutura necessária “ao progresso” e à industrialização; a forte aliança com o imperialismo norte-americano, através da Aliança para o progresso,(...) [e a] combinação de práticas “modernizantes”, com práticas “clientelistas/conservadoras” repressivas na direção do aparelho de Estado.”*¹²⁸

Aluízio manifestava claramente, desta forma, “os valores que exaltava” e os quais julgava imprescindíveis ao futuro do estado e a seu futuro político, entretanto, foi exatamente sua “receptividade” ao capital americano, representado pelo acordo com a “Aliança Para o Progresso” e pelos programas desenvolvidos pela *United States Agency for International Development* (USAID), no estado, que determinaram a ruptura entre o grupo político de Aluízio e o de Djalma Maranhão, uma vez que este último sempre foi profundamente crítico e intransigente em relação ao recebimento de verbas estrangeiras.

¹²⁴ PEREIRA., p. 110

¹²⁵ PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964). Rio de Janeiro: Record, 1989.

¹²⁶ Cfe. GERMANO. Op. Cit. p.56

¹²⁷ Ibid. Op. Cit. p. 56

¹²⁸ Ibid. p 57

3.3 EXCLUSÃO

A despeito do caráter modernizador e cioso dos compromissos de campanha que o governo de Aluízio fazia questão de deixar transparecer, não podemos desconsiderar que o que mais se destacou neste momento foi a ruptura empreendida pelo mesmo com suas antigas alianças ou, conforme denominou Pereira, o início de um período em que “*a esperança foi desencantada*”¹²⁹. O distanciamento do governo constituído, de suas bases de apoio e de suas antigas alianças não foi, fato imprevisível pois, como procuramos demonstrar em capítulo anterior, esta união, mesmo sendo apresentada aos eleitores como espontânea, em muito não passava de uma coreografia intencional, não chegando a constituir-se num discurso unívoco ainda mais no tocante às formas de desenvolver o estado.

Tais ações como salienta Germano, eram previsíveis pois “*sendo um político pertencente aos quadros da UDN, a quem sempre mantivera fiel, não era de se crer na sua postura nacionalista(...)*”¹³⁰, de certo que ao romper com o nacionalismo e com os grupos populares que o apoiaram Aluízio explicitou seu realinhamento ideológico em entrevista que **A Tribuna do Norte** registrou:

*“Nós, no Rio Grande do Norte, nos colocamos inteiramente ao lado do partido da transformação. Não temos compromissos com o passado nem com suas estruturas tradicionais inadequadas. O nosso nacionalismo é pragmático e se desprende de qualquer sentido ideológico, não é anti coisa alguma. Nem anti-capitalista, nem anti-socialista.”*¹³¹

Na visão de Pierre Ansart, tais coreografias são perfeitamente plausíveis, uma vez que para o autor, na política, “*uma das linguagens permanentes dos locutores [é a de] retraçar as fronteiras caso procurem se diferenciar, ou alterá-las caso busquem novas alianças*”¹³² entendida desta forma, a ruptura política destes dois grupos permite-nos supor uma reapropriação do processo ocorrido no início da década, quando tornava-se imperioso o afastamento da

¹²⁹ PEREIRA., p. 99.

¹³⁰ GERMANO., p. 59

¹³¹ A Tribuna do Norte, edição de 30 de julho de 1963.

¹³² ANSART. Op. Cit., p. 79

classe oligárquica, encastelada no poder e representada por Dinarte Mariz. Agora era necessário afastar a outra grande liderança que se projetava sobre o estado, Djalma Maranhão, e reaproximar-se das antigas oligarquias udenistas.

Desta feita, é possível identificarmos a retomada de atitudes de puro enfrentamento antagônico contra os antigos aliados e suas realizações, nos mesmos moldes do que teria acontecido por ocasião da campanha política de 1960. O campo administrativo é área exemplar para a demonstração destas nossas proposições pois, a respeito da desapropriação de terrenos localizados em Brasília Teimosa e Mãe Luíza para assentamento e regularização das famílias de baixa renda, da construção de casas populares destinadas aos funcionários municipais e do desenvolvimento de planos apresentados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e à SUDENE, para a construção de outras tantas, o governo Aluizio Alves, com apoio da “Aliança para o Progresso”, construiu na cidade de Natal, um bairro inteiro: a Cidade da Esperança.

No campo cultural, contra a criação de Praças de Cultura, galerias de arte e bibliotecas culturais, eventos aos quais acorriam inúmeros intelectuais e autoridades (**Anexo 7**) agiu de forma análoga, apoiando a cultura norte-rio-grandense, *“ajudando os grupos de teatros, além de ter ajudado os escritores com o programa editorial, através da gráfica Manimbu, da Fundação “José Augusto”, criada pela sua administração.”*¹³³

Mais destacada contudo foi a atuação na área educacional pois, contra a campanha de erradicação do analfabetismo “De pé no chão também se aprende a ler”¹³⁴, desenvolvida com uma enorme participação popular e colhendo excelentes resultados, o que gerou enorme repercussão local e nacional, pelo prefeito Djalma Maranhão (**Anexos 8 e 9**), seriam criadas as faculdades de Jornalismo e Sociologia e lançado o projeto piloto “Angicos 40 horas depois”, que baseado no método do educador Paulo Freire, de alfabetização em quarenta horas (atualmente conhecido por Método Paulo Freire), atingiram resultados que também despertaram a atenção em todo o Brasil de forma análoga, até ser considerado subversivo pelos financiadores da “Aliança” e extinto do programa. A ruptura definitiva porém, entre Aluizio e as oposições deu-se quando *“nas eleições de 1962, Alves se negou a apoiar a candidatura Maranhão para o Senado,”*¹³⁵ ao contrário, *“apoiou Walfredo Gurgel e Theodorico Bezerra, seu antigo alia-*

¹³³ AYRTON. Op. Cit. p., 85

¹³⁴ Para saber mais sobre a campanha, consultar GERMANO. Op. Cit. e GÓIS. Op. Cit.

¹³⁵ GERMANO. Op. Cit, p 59

do”¹³⁶ que o havia acolhido e apoiado em 1960, no PSD. Esvaiam-se, assim, as ilusões da esquerda com relação ao governador.

Por outro lado, como marca distintiva de seu processo de exclusão, o governo Aluizio Alves, foi pródigo no que diz respeito à repressão de manifestações coletivas, de seus opositores, a repressão atingiu a “*greve de trabalhadores da construção civil realizada em maio de 1963, [na qual se] reivindicava um reajuste salarial da ordem de 80% (...)*”¹³⁷ e contra os quais foram lançados efetivos da Polícia Militar.

Em setembro do mesmo ano, foi a vez da Polícia Militar desencadear pacificamente uma greve, reivindicando também melhores salários, Aluizio Alves imediatamente solicitou ao Exército que “[fosse] posto à disposição do governo o efetivo (...) necessário à normalização da situação”,¹³⁸ o que foi feito, mediante o emprego da Força Federal numa operação de guerra que mobilizou inclusive aeronaves.

Desta forma, é possível percebermos que o governo Aluizio Alves, ao associar-se ao capital internacional na busca do desenvolvimento e da modernização do estado a qualquer custo, rompeu todos os acordos estabelecidos anteriormente com as oposições e as lideranças populares, mais que isto, não prescindiu de atos de enfrentamento frontal, que visavam em última instância um “expurgo” do grupo político capitaneado por Djalma Maranhão e a sua afirmação como liderança popular única, no cenário político do Rio Grande do Norte, como também não prescindiu de ações de violência e repressão contra os opositores.

Mais importante que isto, porém, é percebermos que em todos os momentos manipulou antigos símbolos como a esperança e evocou uma nova simbologia (desta feita da linguagem) ao mudar o nome do Palácio Potengi, por exemplo, como a materializar as transformações. O poder uma vez estabelecido, reordenou-se com o visível afastamento dos antigos correligionários, bem como com a aproximação de suas antigas posições. Foi uma nova e radical coreografia política que visava atingir corações e mentes, faltava o grande arremate. Aos que podemos supor ele ocorreu, em abril de 1964.

¹³⁶ PEREIRA., Op. Cit., p 125

¹³⁷ GERMANO. Op. Cit., p 63

¹³⁸ Cfe GERMANO. Op. Cit. , p 64

4. OS CAMINHOS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA

Sabemos que a memória histórica, assim como a ideologia, pode ser manipulada de acordo com as correlações de forças e interesses das classes dominantes num determinado momento histórico. Ao se analisar as múltiplas representações das ações que configuraram o regime militar no Rio Grande do Norte, o que temos é uma intrincada composição de rememorações “pessoais” que, fornecem uma resposta particular às exigências do passado, mas não um entendimento total dos fatos transcorridos.

O que se produziu historicamente sobre este momento, pressupõe muito mais que o simples relato de uma realidade política e social vivenciada, tratando-se da utilização dos fatos como instrumento de transformação daquela realidade, de forma a que as leituras (e releituras) daquele momento crítico vivido se tornassem instrumento para a constituição da memória coletiva, “arrastando os indivíduos para uma ação comum”¹³⁹, numa “comunidade de sentidos”¹⁴⁰.

Os fatos ocorridos no Rio Grande do Norte, a partir de 1º de abril de 1964, apresentaram-se num primeiro momento aos olhos mais desatentos, ao que supomos, apenas como o fim de uma alternativa política de cunho popular e nacionalista no estado. Contudo, acreditamos ser possível supor que de forma adjacente, tais atos escamotearam a definitiva afirmação do grupo aluizista enquanto liderança política isolada no estado, pelo “extermínio” político de seu mais forte opositor, Djalma Maranhão.

Segundo Jacques Le Goff, “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”¹⁴¹, e neste sentido, entendemos que, através da construção da memória coletiva, o poder se estabeleceu em definitivo no Rio Grande do Norte. X

4.1 HISTÓRIA

É sabido que, os anos que precederam o golpe militar de abril de 1964 foram férteis em termo de mobilizações populares. Este processo estava estreitamente vinculado à “crise” do Estado burguês e ao conseqüente avanço dos movimentos de massa que, não só no Rio Gran-

¹³⁹ BAZCO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional 1985, p. 298-332. V5

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 312.

¹⁴¹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990., p. 477

de do Norte, mas no Brasil de um modo geral, tomara uma conotação que não a meramente de cunho econômico. Estas mobilizações, como bem salienta Germano, “*ocorreram também em função de questões políticas locais, nacionais e até mesmo internacionais*”.¹⁴²

Otávio Ianni ao analisar a crise política deste período, identifica dois fatores que colaboraram para sua intensificação, de um lado, a radicalização acentuada das posições dos partidos políticos de esquerda e de direita, e de outro, uma intensa politização das massas urbanas.

*“Essa intensa politização deveu-se, em primeiro lugar, à crise originada com o Golpe de Estado, frustrado, do Presidente Jânio Quadros, (...); em segundo lugar, devido às freqüentes campanhas de reivindicação salarial (...); em terceiro lugar, à programação e aprofundamento dos debates em torno das reformas de base: agrária, tributária, universitária e outras.”*¹⁴³

É nesta perspectiva, que Germano, identificará em Natal, mobilizações que notabilizaram-se por seu cunho eminentemente político, como a dos Comitês Nacionalistas em defesa das ações da PETROBRÁS, postas à venda por Dinarte Mariz; a mobilização de apoio ao povo cubano, por ocasião da invasão da Baía dos Porcos pelos americanos em 1961 e, no mesmo ano, a reação desencadeada como resposta à tentativa de golpe e apoio à posse de João Goulart na presidência quando da crise militar por ocasião da renúncia de Jânio Quadros.

Contudo, Natal entraria para a história deste período, ao ter repercussão nacional o comício promovido pelos nacionalistas locais, em 05 de maio de 1963 (mesmo dia em que o embaixador dos Estados Unidos Lincol Gordon, visitava o estado), no qual o então deputado Leonel Brizola, pronunciou um violento discurso “*tecendo considerações em torno da situação nacional, insistindo nas reformas de base. Referindo-se às forças armadas, fez alusão pessoal ao general Antônio Carlos Muricy (...). [acusando-o] de gorila e golpista (...)*”¹⁴⁴.

Tais acusações foram corroboradas *a posteriori* pelo próprio prefeito em telegrama ao Presidente da República e cujo teor a **Folha da Tarde** registrou em sua edição de 06 de junho de 1963:

¹⁴² GERMANO. Op. Cit., p.92

¹⁴³ IANNI. Op. Cit., p. 194-5

¹⁴⁴ SILVA, Hélio, Citado in GERMANO. Op. Cit., p.151

“Apresento Vossencia denúncia clima intranqüilidade preparação golpista este Estado consequência ação conjunta Governador e General Comandante Guarnição Exército. Governador quando fora Estado faz pronunciamentos democráticos enquanto aqui manda Polícia prender dirigentes sindicais (...). Secretário Segurança (...) iniciou arbitrariedades contra Prefeitura apreendendo correspondência remetida pela União Nacional Estudantes. Enquanto isso General Muricy faz pregação estado sítio e promove alarme público afirmando haver guerra revolucionária (...).”¹⁴⁵

A despeito das declarações do prefeito, o jornal **A Ordem** publicou por ocasião do discurso de Brizola, editorial no qual afirmava, que: *“A palavra do ex-governador gaúcho explodiu como uma verdadeira BOMBA no seio das forças armadas,”*¹⁴⁶ e em tom profético arrematava: *“O caso de Natal poderá ser o começo do estopim”*¹⁴⁷, no que concorda plenamente o historiador Moniz Bandeira, afirmando que os fatos ocorridos em Natal *“serviram de alerta para os militares,”*¹⁴⁸ e suas posições golpistas.

Conforme ressaltou Germano, a estas manifestações, esteve sempre presente o prefeito Djalma Maranhão e seus assessores mais diretos, além de lideranças estudantis e sindicais da cidade, o que se à primeira vista parece um fato de menor importância, quando somado a esta breve configuração histórica, nos parece elucidativo para compreendermos as posições que se delinearão no dia 1º de abril de 1964.

Estas posições mostraram-se bastante distintas pois, se a primeira delas é manifestada pelo prefeito Djalma Maranhão, que ainda nas primeiras horas do dia 1º de abril, fazia divulgar nota oficial da prefeitura, em que defendia de forma intransigente a legalidade democrática e manifestava o desejo de resistir, estabelecendo o Q.G da legalidade conforme deixa transparecer ao longo do texto:

¹⁴⁵ ALVES. Op. Cit., p. 168-9

¹⁴⁶ A Ordem, edição de 11 de maio de 1963, p. 4

¹⁴⁷ Ibid., p.4

¹⁴⁸ BANDEIRA. Moniz. Citado in GERMANO. Op. Cit., p.155



“A posição do prefeito Djalma Maranhão é de defesa da legalidade democrática. A mesma posição assumida quando da posse do presidente João Goulart (...).

O prefeito (...), ao lado das forças populares e democráticas, conclama o povo para que se mantenha em permanente estado de alerta, nos seus sindicatos, diretórios, órgãos de classe, sociedades de bairros, ruas e praças públicas, na defesa intransigente da legalidade (...)

O prefeito (...), eleito pela vontade popular, cumpre a sua obrigação de dizer que a Prefeitura é a casa do povo, onde se instala, nesta hora, o QG da luta da legalidade e da resistência.”¹⁴⁹

A segunda posição clara, embora antagônica à de Djalma Maranhão, foi a dos Comandantes Militares das Forças Armadas sediadas em Natal, que no mesmo dia, no mesmo jornal e na mesma página, fizeram publicar outra nota, onde os mesmos denunciavam a preparação de uma greve geral, a ser desencadeada pelo prefeito e, numa posição de enfrentamento ao mesmo, solicitavam à população que se mantivesse em casa e longe dos comícios ou manifestações:

“Na qualidade de comandantes das guarnições Naval e Militar desta capital e deste Estado (...) sentimo-nos no dever de nos dirigir à população ordeira desta cidade, (...) face aos acontecimentos que se desenrolam no sul do País.

Tendo em vista a ameaça do senhor Prefeito desta capital, (...) de desencadear a greve geral em todo o Estado e, em particular, nesta Capital, medidas preventivas e repressivas estão sendo adotadas (...) em íntima ligação e entendimentos com o Senhor Governador do Estado, (...). Em nome das Forças Armadas (...) dirigimos nosso veemente apelo a todos os moradores da cidade no sentido de que cooperem nessa missão, mantendo-se em calma e em ordem, evitando as aglomerações, permanecendo (...) em suas residências (...).

¹⁴⁹ GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: Aconteceu em abril. Natal: Clima, 1994. p. 12-13

Advertimos ao povo (...) que ficam (...) proibidas, por motivos óbvios, proibição que será assegurada pela força se necessário, as aglomerações em logradouros públicos, as passeatas sob qualquer pretexto, os comícios, sempre visando à manutenção da ordem pública."¹⁵⁰

Se as duas notas chocavam-se frontalmente, pois se o prefeito dava a conhecer sua posição contrária ao movimento militar e comunicava a instalação do Q.G. da legalidade e da resistência, conclamando o povo a permanecer em "estado de alerta", os comandantes militares, ao contrário, proibiam qualquer mobilização, a terceira posição, que era a do governador Aluizio Alves, foi inicialmente a de mais uma vez se manter em posição ambígua e oportunista, aguardando o desdobramento dos fatos e somente vindo a se manifestar na noite do dia 1º quando laconicamente afirmou:

"(...) agora informado das razões e objetivos do movimento (...) quero manifestar o meu apoio aos ideais dessa posição que visa a autêntica legalidade democrática (...)." ¹⁵¹

Este silêncio inicial do governador é mais revelador que suas palavras, pois se, via de regra, não houve qualquer esboço de resistência ao golpe no país como um todo, também aqui no Rio Grande do Norte, tal ação não passou de uma intenção vã por parte do prefeito, quando se estabeleceu o Q.G da legalidade na prefeitura.

A situação, portanto faz-nos refletir sobre a existência de um natural "instinto" de preservação dos detentores do poder, que teve como linha de ação básica uma rápida associação aos militares golpistas, fato este que não passou despercebido ao historiador Hernani D'Aguiar, que salienta: "*o governador [por pouco não] tomou o bonde errado, dando publicidade a um incisivo manifesto em favor de Jango. Todavia no dia 1º de abril, após diálogo telefônico mantido com Magalhães Pinto, tratou de mudar de camisa.*" ¹⁵²

É neste sentido que supomos que ao se alinharem ainda nas primeiras horas do golpe, aos novos detentores do poder, o grupo capitaneado por Aluizio Alves determinou o

¹⁵⁰ Cfe. GALVÃO. Op. Cit., p. 12-15

¹⁵¹ Ibid. p. 15

¹⁵² Cfe. GERMANO., p. 152.

“extermínio” político definitivo dos seus opositores. *“A dissolução do Q.G representou o primeiro ato no processo de deposição do prefeito e do vice-prefeito de Natal”*¹⁵³, o que se consumou já no dia 2 de abril, após sucessivas reuniões da Câmara dos Vereadores e configurou em última instância a vitória do movimento golpista, que foi devidamente comemorada, como em outras partes do país, através da realização da “Marcha da Família, com Deus pela Liberdade”, no dia 7 de abril de 1964, estando presente ao Ato, no palanque de autoridades, Aluizio Alves e Theodorico Bezerra, dentre outros líderes políticos locais. Refletimos, que fossem, a partir de então, os *“criadores e denominadores da memória coletiva,”*¹⁵⁴ que se passava a constituir. (Anexos -)

4.2 MEMÓRIA

Segundo Jacques Le Goff:

*“Tornarem-se senhores das classes, da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.”*¹⁵⁵

Tais proposições levam-nos a olhar com atenção as ações do governador Aluizio Alves no pós-golpe, pois se a sua imediata integração *“à obra revolucionária”*¹⁵⁶ e a conseqüente instalação de inquérito em vários órgãos públicos para que *“fossem identificados os que (...) [estavam] comprometidos com os movimentos subversivos e comunistas que revolução de abril cortou,”*¹⁵⁷ tratava-se de um acatamento das ordens emanadas do Ato Institucional n.º 1, acreditamos, não tenham se dado de forma desinteressada.

¹⁵³ GERMANO. Op. Cit., p. 143

¹⁵⁴ LE GOFF. Op. Cit., p. 474.

¹⁵⁵ Ibid, p 426

¹⁵⁶ A Tribuna do Norte, edição de 29 de abril de 1964., p.1

¹⁵⁷ Ibid., p.1

Supomos que ao atacar de forma virulenta e implacável seus opositores, o governador encobria não só suas antigas alianças, como de forma adjacente, *“perseguiu e anulava boa parte de seus inimigos políticos.”*¹⁵⁸

Refletimos ainda, que tais ações visavam também, negar uma suposta “neutralidade” ou “dependência” em relação aos acontecimentos do período, procurando, ao contrário, afirmar-se ante a população norte-rio-grandense enquanto sujeito político independente. Assim, tais ações visavam matizar de forma inequívoca de que lado estava Aluizio Alves diante da polarização ideológica ocorrida, tomando assim a repressão, a função deste papel demarcador, o que fez com que além das Comissões Gerais de Investigação e IPMs que o referido Ato determinava, o governador fosse o único no país, a estabelecer uma Comissão Especial de Inquérito, que apurou atos “subversivos”, nos meios sindicais, estudantis, intelectuais e na Prefeitura de Natal, além de no Campo e na Rede Ferroviária Federal.

O processo repressivo que se desencadeou no estado a partir de então, culminou com a invasão de residências, prisão de lideranças, destruição de bibliotecas e apreensão de livros (Anexo _), além da classificação de “subversiva” a toda a administração e obra do prefeito, o que justificou a incessante busca pela completa eliminação da memória popular de seu nome, o que se consolidaria com a publicação do relatório produzido pela Comissão Especial de Investigações, em **O Poti**, do dia 27 de setembro de 1964, onde com fotos dos indiciados, e detalhamento dos inquéritos e depoimentos realizados determinava-se o que seria, a partir de então, a história oficial dos fatos, sedimentando-se o “extermínio” definitivo das alternativas nacionalistas no Estado, numa última e decisiva coreografia. (Anexo 10)

Dáí, podemos retomar Le Goff, e refletirmos na produção do documento enquanto monumento, enquanto verdade incontestável, uma vez que,

“O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, ‘e um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. (...) o documento não é inócuo, é antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziam (...). o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas

¹⁵⁸ Cfe. PEREIRA. Op. Cit. , p. 140-1

*para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprios.*¹⁵⁹

Ademais, ao estampar em público a face desejada de seus opositores, o que se fez foi mergulhar o povo na história planejada pelo poder, a memória coletiva estava definitivamente conquistada.

¹⁵⁹ LE GOFF. Op. Cit., p 536-47

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de os atos políticos e das vidas dos principais líderes políticos já terem ocupado inúmeros capítulos na historiografia norte-rio-grandense, percebe-se, à primeira vista, que esta vasta produção, via de regra, preocupou-se mais em descrever feitos, narrar trajetórias de vidas ou enaltecer atos memoráveis e dignos de notas, através da escrita de uma história que se deseja muito mais memorialística, que produzir uma visão crítica sobre estes mesmos fatos, atos e temas.

Já em 1924, em uma obra profundamente instigante, Marc Bloch propunha uma ruptura com esta forma de encarar e descrever o tema político, demonstrando todas as possibilidades oferecidas por um novo olhar sobre o mesmo, o que ficou claro ao longo das páginas de **Os Reis Taumaturgos**¹⁶⁰. Seguindo esta mesma linha de pensamento, Michel Foucault viria propor algumas décadas mais tarde, que o poder fosse entendido em toda a sua plenitude, em todas as suas micro-formas, conforme foi registrado ao longo de sua produção acadêmica, compilada em a **Micro física do poder**¹⁶¹. Já em anos recentes, foi a vez da historiadora Maria de Fátima S. Gouvêa, demonstrar a necessidade, a importância e a exequibilidade destas práticas, e sua importância para um revigoramento do tema político na historiografia nacional ou regional, em **A História política no Campo da História Cultural**.¹⁶²

No decorrer deste trabalho, pautamo-nos basicamente por estas premissas, ao discorrermos sobre as articulações políticas e estratégias utilizadas por distintos grupos políticos norte-rio-grandenses, em especial os grupos liderados por Aluizio Alves e Djalma Maranhão, na busca da conquista e manutenção do poder, privilegiando não os homens em si, não os fatos de forma isolada, mas a manipulação dos símbolos e elementos ideológicos fundamentais, que justificassem suas ações e permitissem-nos ver o poder em ação, em toda a sua plenitude.

Da crise hegemônica política no seio das oligarquias agrárias algodoeiro-pecuaristas, que abriu espaço para os populismos de Alves e Maranhão, passando pela disputa sucessória em que ambos, metamorfoseados, apresentaram-se unidos em uma composição que combateria as oligarquias, até o afastamento, “expurgo” e posterior “eliminação” política de Djalma Mara-

¹⁶⁰ BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras: 1993.

¹⁶¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal: 1991.

¹⁶² GOUVÊA, Maria de Fátima S. **A História política no Campo da História Cultural**. In: Revista de História Regional. N.º 3. Vol. I. Ponta Grossa: 1998, p. ?

nhão, com o movimento militar de 1964, todas as ações pautaram-se por um marcante tom ideológico e simbólico que, acreditamos, devido à forma magistral com que foram manipulados, visavam encobrir perante os olhos da população os vários reordenamentos políticos, as várias coreografias políticas, que ocorreram nas hostes do poder, em que os seus detentores lançaram mão de comportamentos os mais variados, visando sobremaneira, a adaptação às necessidades políticas do momento, mas antes de tudo visavam manterem-no, como ficou claro e inquestionável no abril de 1964.

É neste sentido que, privilegiando a análise dos símbolos como os lenços e as bandeiras verdes, ou a apropriação do sentimento da esperança, procuramos demonstrar como os mesmos tiveram papel primordial na conquista, na manutenção e principalmente na afirmação do poder, pois conforme já afirmamos no corpo do texto e reafirmamos agora, “o imaginário é o poder”¹⁶³.

Concluimos que, ao passarem de forma imagética e inequívoca a idéia de esperança e transformação, criou-se no Rio Grande do Norte uma “*comunidade de sentidos*” de que nos fala Anderson¹⁶⁴, sentido este que se desejou da união em torno dos líderes, de plena aceitação dos seus atos, o que materializou-se na gestação de uma falsa impressão de participação e de condução dos destinos políticos do estado.

A esperança foi, assim, mais uma forma de manipulação, mais um instrumento ideológico, satisfatoriamente utilizado pelos grupos políticos detentores do poder, o que nos leva mais uma vez a pensar em Bloch, que ao analisar em sua obra os poderes taumátúrgicos dos reis de França e Inglaterra, concluiu que o “milagre” produzido por eles foi uma grande mentira. Parafraseando-o, poderíamos também concluir este trabalho afirmando que dado o seu caráter puramente manipulativo e ideológico, no Rio Grande do Norte, a “Esperança” foi uma grande mentira, mas optamos por entendê-la como uma possibilidade histórica que, apesar de fornecer inegáveis melhorias estruturais e econômicas para o estado, trouxe em seu bojo, um tom repressivo que quando de seu encerramento revelou-se de conseqüências extremamente funestas para as alternativas mais democráticas.

Não sorrir, nem chorar: compreender, ensina-nos o filósofo, foi o que procuramos fazer neste trabalho sobre este período tão rico da historiografia do Rio Grande do Norte.

HISTÓRIA

¹⁶³ DURAND, Cfe. SWAIN. Op. Cit. p.51

¹⁶⁴ ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo-Ática: -1989.

BIBLIOGRAFIA: E FONTES (!)

- ALVES, Aluizio. **Sem ódio e sem medo**: Rio de Janeiro: Editora Nosso Tempo, 1969.
- _____ . **Memória viva**. Natal: Universitária, s/d.
- _____ . **A verdade que não é secreta**. Rio de Janeiro: s/ed., 1976.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo Ática: 1989
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço Norte-Rio-Grandense**. Natal, UFRN. Ed. Universitária, 1981, p.30
- ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro, Zahar: 1978
- ARIÉS, Philippe. "A História das Mentalidades", 1978. In: LE GOFF, Jacques (dir.). **A História Nova**. São Paulo, Martins Fontes: 1990.
- AYRTON, José. **A história das campanhas populares no Rio Grande do Norte**. Natal, Coorjornal, 1987.
- _____ . **Da Brejeira ao Rabo de palha: uma história dos governos do Rio Grande do Norte**. Natal, Coorjornal, 1987.
- BAKHTIN, Mikahil. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- BAZCO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: **Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional 1985, p. 298-332. V5
- ✓ - ^BBOBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 11ª. ed. 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CÂMARA, Leonardo Arruda. **Djalma Maranhão e o dia da legalidade**. Natal: Dois pontos, N.º 438, 1991.
- CARDOSO, Lucileide Costa. **Construindo a memória do regime de 64**. Revista ?
- CARVALHO, Inaiá Maria de. **O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional**. São Paulo: HUCITEC/SUDENS, 1987.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1982.

- CHARTIER, Roger. “ **O Mundo como Representação**” , 1991. In: Revista de Estudos Avançados, N° 11: 1991.
- CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense: 1981.
- _____ . **Cultura e Democracia, o Discurso Competente e Outras Falas**. 3ª ed., São Paulo, Moderna, 1982, p.20 (p.143)
- COHN, Amélia. **Crise Regional e Planejamento**. São Paulo, Perspectiva, 1978. p.62.
- FAUSTO, Boris. “**Populismo: Capítulos encerrado**”. Cadernos de Debate: São Paulo, 1976.
- FERNANDES, Paulo. **Recuperação Econômica da Região Oriental do Rio Grande do Norte. Pela energia de Paulo Afonso**. Rio, S/Ed., 1955.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: Aconteceu em abril**. Natal: Clima, 1994.
- GERMANO, José Willington. **Lendo e Aprendendo: A Campanha de pé no chão**. Natal, Cooperativa Cultural: 1998
- GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler, (1961-1964): Uma Escola Democrática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____ . **Sem Paisagem: Memórias da Prisão**. Rio de Janeiro: Europa, 1991.
- GOUVÊA, Maria de Fátima S. **A História política no Campo da História Cultural**. In: Revista de História Regional. N.º 3. Vol.1. Ponta Grossa: 1998.
- GRAMSCI, Antônio. **Problemas de Filosofia e de História**. In: **Concepção Dialética da História**. 4ª ed., Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1981, p. 32s
- IANNI, Octavio. **O Ciclo da Revolução Burguesa**. Petrópolis, vozes, 1884, p.91
- _____ . **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1978.
- LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista: Capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: Novos problemas**. São Paulo, HUCITEC, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

- LIMA, José Ayrton de. **Ideologia política^s do rádio norte-rio-grandense**. Natal, Coor-jornal, 1991.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 18, n.º 35, p. 329-360. 1998.
- MACHADO, João Batista. **1960: Explosão de Paixão e Ódio**. Natal: Departamento Estadual de imprensa, 1998.
- MARANHÃO, Djalma. **Cartas de um exilado**. Natal: Clima, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE. Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P.94
- PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Record, 1989
- PATAGLEAN, Evelyne. **"A História do Imaginário"**, 1978. In: LE GOFF, Jacques (dir.). **A História Nova**. São Paulo, Martins Fontes: 1990.
- PEREIRA, Henrique Alonso de A R. **O Homem da Esperança: Uma Experiência Populista no Rio Grande do Norte. (1960-1966)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1996. (Digitado)
- PESAVENTO, Sandra J. **História regional e transformação social**. In: SILVA, Marco (org.). **República em Migalhas: história regional e local**. São Paulo, Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Em busca do voto perdido**. Natal: Coorjonat, 1982.
- SILVA, Francisco Carvalho Teixeira da. **A modernização Autoritária: Do Golpe Militar à redemocratização 1964/1984**. In: **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- SWAIN, Tânia Navarro. **"Você disse Imaginário?"** In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). **História no Plural**. Brasília, Editora da UNB: 1994.
- Tribuna do Norte. **História do Rio Grande do Norte**. Natal, s/d. Suplemento n. 12, 1997.
- Tribuna do Norte. **História do Rio Grande do Norte**. Natal, s/d. Suplemento n. 13, 1997.
- TUCK, Richard. **"História do Pensamento Político"** . In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo, Editora da UNESP: 1992.

- WEFFORT, Francisco. **O populismo na Política Brasileira**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

FONTES:

PERIÓDICOS

- A República.
- A Ordem.
- Diário de Natal.
- Folha da tarde.

período pesquisado?

- O Poti, Natal, 20-09-1964.* (Relatório do Delegado Veras sobre a Subversão no Rio Grande do Norte)



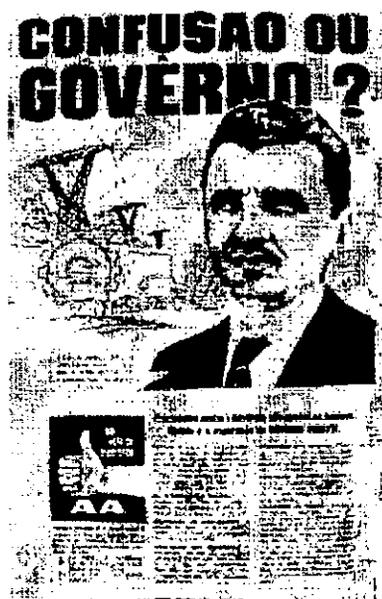
ANEXOS:



Anexo 1

Peça promocional da Campanha de 60

Fonte: Diário de Natal



Anexo 2

Peça promocional da Campanha de 60

Fonte: Diário de Natal

Faltam 26 dias para a Vitória de Aluizio-Waltrudo

TRIBUNA DO NORTE

Trem da Esperança do Oeste chegou hoje a Mossoró

FOME OU LIBERTACAO?

Problemas de fome e fome, em especial, fazem a fome e a fome a fome



ALUIZIO ALVES

Anexo 3
Peça promocional da Campanha de 60
Fonte: A Tribuna do Norte

Capitais antes de rotas emilitas de Saturno: E.A.A.

Visita de propaganda do Brasil em...
procedência de cerca de 20 mil habitantes de estranhos

MENDICANCIA OU TRABALHO?



ALUIZIO ALVES

Anexo 4
Peça promocional da Campanha de 60
Fonte: A Tribuna do Norte



Anexo 5

“Santinho” da Campanha de 60

Fonte: Sr José Alves de Queiroz



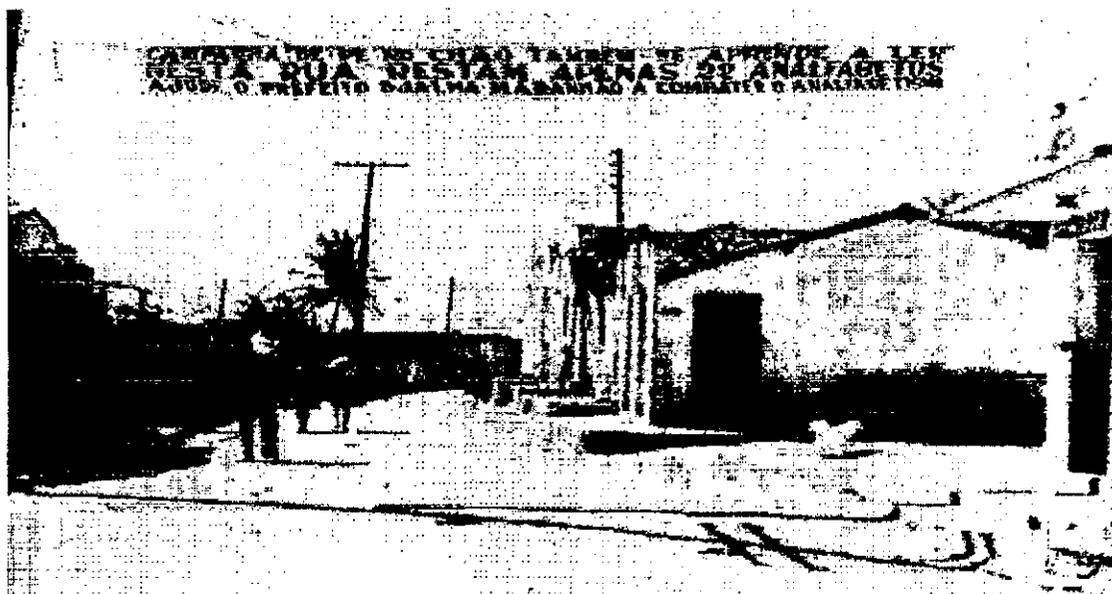
Anexo 6

Convocação para a 1ª Marcha da Esperança

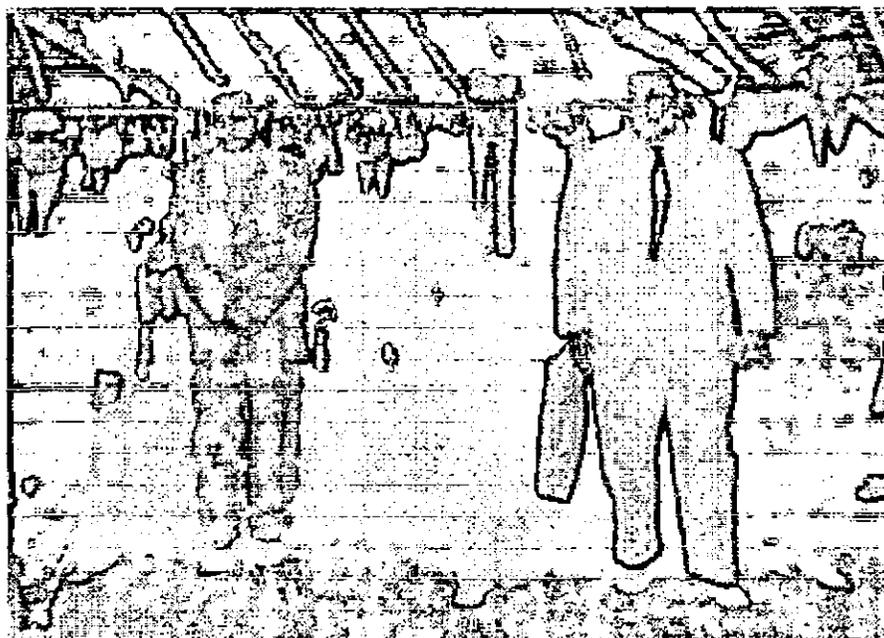
Fonte: A Tribuna do Norte



Anexo 7
Inauguração de Uma Galeria de Artes em Natal
Fonte: O Diário de Natal



Anexo 8
Convocação da População à participar da campanha de erradicação do analfabetismo
Fonte: O Diário de Natal



Anexo 9

Autoridades de da Área de Educação do governo Federal, em visita a um acampamento escolar, acompanhados do prefeito Djalma Maranhão.

Fonte: O Diário de Natal



Anexo 10

Primeira página do Jornal O Poti, apresentando o relatório final da Comissão Especial de Investigação, comandada pelo Delegado Veras.

Fonte: O Diário de Natal